

2º CICLO

MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO

A Geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

**A semestralidade adotada na Escola Secundária Augusto
Gomes**

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes

M

2021/2022



Bárbara Sofia Ribeiro Lopes

**A Geografia face a implementação do Perfil
dos Alunos à Saída da Escolaridade
Obrigatória
A semestralidade adotada na Escola Secundária Augusto
Gomes**

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º ciclo do
Ensino Básico e do Ensino Secundário, orientada pelo Professor Doutor João Carlos dos
Santos Garcia.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes

A Geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

A semestralidade adotada na Escola Secundária Augusto Gomes

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de Geografia no 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, orientada pelo Professor Doutor João Carlos dos Santos Garcia.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Dedico este relatório à minha Família e Amigos que sempre me apoiaram durante o
meu percurso académico.*

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas	9
Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Introdução	11
1.Enquadramento teórico	14
1.1. Justificação do tema	14
1.2. Contexto da semestralidade em Portugal	15
1.3. Implementação da semestralidade em Portugal	19
1.4. Organização do calendário semestral em Portugal.....	20
2.Estudo de Caso	25
2.1. Caracterização da Escola.....	25
2.2. Contexto e implementação da semestralidade	28
2.3. Organização do calendário semestral	31
2.4. Prós e contras da avaliação por semestres.....	34
2.5. Metodologia: Caracterização da amostra e procedimentos.....	35
3.Apresentação e análise dos resultados.....	42
3.1. Questionários aos alunos de 10º ano	42
3.2. Questionário aos alunos de 11º ano	46
3.3. Questionário aos professores	50
3.4. Questionário aos professores de Geografia.....	55
3.5. Questionário aos Encarregados de Educação	59
3.6. Opinião dos funcionários	61
Conclusão	63
Referências Bibliográficas	67
Anexos.....	70
Anexo 1- Primeiro questionário aos alunos de 10º ano	70
Anexo 2- Segundo questionário aos alunos de 10º ano	71

Anexo 3- Questionário aos alunos de 11º ano	73
Anexo 4- Questionário aos professores	75
Anexo 5- Questionário aos professores de Geografia	76
Anexo 6- Questionário aos encarregados de educação.....	78

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 2022

Bárbara Sofia Ribeiro Lopes

Agradecimentos

Agradecer não chega para demonstrar a gratidão que tenho por todas as pessoas que cruzaram o meu caminho.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha Mãe por todos os ensinamentos e amor que me deu e à minha Irmã por ser o meu ombro amigo e a minha grande confidente. Vocês foram, sem dúvida, cruciais em todas as minhas conquistas. Quero também agradecer ao meu Pai por estar sempre ao meu lado nos maus e bons momentos. Vocês são as melhores pessoas que tenho na minha vida, os meus pilares e nunca me deixarão cair.

Um enorme obrigada à minha Família que são tudo para mim. Serei eternamente agradecida a todos que sempre cuidaram de mim.

Deixo também um agradecimento à Ana. Neste último ano foste um grande apoio para mim e tenho muita sorte em ter uma pessoa como tu na minha vida. Obrigada por todas as palavras, por todo o carinho e por toda a força, mas acima de tudo, obrigada por me compreenderes.

Aos amigos que conheci na FLUP só agradeço por vos ter conhecido. Estes 5 anos foram os melhores da minha vida e muito vos devo. Toda a alegria, tristeza, frustração e cansaço, ficarão guardados na minha memória e como nós, juntos, fazemos sempre a diferença. Que a Geografia esteja sempre entre nós!

Agradeço às minhas colegas de estágio, Inês e Joana. Para além de serem grandes amigas minhas, foram os meus pilares durante o ano letivo e sempre me apoiaram.

Deixo também um agradecimento ao Professor João Garcia por todo o excelente acompanhamento e por toda a compreensão. A sua ajuda foi fundamental para conseguir realizar este relatório. Obrigada!

Por fim, mas não menos importante, deixo um agradecimento ao meu orientador cooperante, o Professor Ricardo Coutada por toda a sua disponibilidade e ajuda. Neste ano aprendi bastante consigo e vou levar grandes ensinamentos para a vida.

Resumo

Em Portugal, as avaliações por semestres estão associadas ao Ensino Superior e as avaliações por períodos letivos ao Ensino Básico e Secundário. Contudo, na evolução das recentes políticas educativas de melhoria do ensino e do sucesso dos alunos, a semestralidade passou a ser adotada nos estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário, tendo cada escola o livre arbítrio de escolher o tipo de organização escolar a adotar.

Este relatório tem como principal objetivo analisar se a mudança de avaliação por períodos para uma avaliação por semestres afetou a prática de ensino, especialmente na disciplina de Geografia. Tendo realizado o estágio curricular numa escola organizada por avaliações semestrais, foi este um dos motivos que despertou o meu interesse pelo tema.

Antes de mais, foi necessário compreender a opinião dos professores, alunos, funcionários e encarregados de educação acerca da mudança do calendário escolar. Assim, foram aplicados questionários aos vários grupos que constituem o contexto educativo da Escola Secundária Augusto Gomes, em Matosinhos.

Através dos resultados obtidos foi possível analisar um *feedback* positivo dos professores e encarregados de educação em relação à avaliação semestral, porém, existem ainda alguns entraves a este tipo de avaliação. No que diz respeito aos alunos, a opinião difere, uma vez que estão mais acostumados à avaliação por períodos e ainda não se ambientaram ao regime semestral. A maioria dos funcionários não tem preferência entre os dois tipos de avaliação, uma vez que a organização semestral foi implementada na escola durante o contexto pandémico. O verdadeiro primeiro teste ao novo calendário só agora está a acontecer.

Palavras-chave: Semestralidade; Avaliação por períodos; Calendário escolar; Geografia.

Abstract

In Portugal, assessments by semesters are associated with higher education and assessments by academic periods with primary and secondary education. However, in the evolution of recent educational policies to improve teaching and student success, the semester evaluation is now adopted in primary and secondary schools, where each school has the free will to choose the type of school organization to adopt.

The main purpose of this report is to analyze whether the change from evaluation by periods to evaluation by semesters has affected the teaching practice, especially in Geography. Having carried out my curricular internship in a school organized by semester assessments, this was one of the reasons that aroused my interest in the subject.

First of all, it was necessary to understand the opinion of teachers, students, staff, and parents about the change in the school calendar. Therefore, questionnaires were applied to the various groups that make up the educational context of the Augusto Gomes Secondary School in Matosinhos.

Through the results obtained it was possible to analyze a positive feedback from teachers and parents regarding the biannual evaluation, however, there are still some barriers to this type of evaluation. With regard to the students, the opinion differs, since they are more accustomed to the evaluation by periods and have not yet become accustomed to the semester regime. Most staff members have no preference between the two types of assessment, since the semester organization was implemented at the school during the pandemic context. The real first test of the new schedule is only now beginning.

Key-words: Semester; Period assessment; School calendar; Geography

Índice de Figuras

FIGURA 1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DA ESAG.....	26
FIGURA 2 ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO GOMES	27
FIGURA 3 CALENDÁRIO ESCOLAR DA ESAG DO ANO LETIVO 2021/2022	33
FIGURA 4 ALUNOS DO 10º ANO POR ESCALÃO ETÁRIO.....	36
FIGURA 5 PROFESSORES DA ESAG POR GRUPO DISCIPLINAR	37
FIGURA 6 HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DOS 10º X E 10º Y	38
FIGURA 7 PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE PREFERIRAM A AVALIAÇÃO POR SEMESTRES OU POR PERÍODOS	43

Índice de Tabelas

TABELA 1 SÍNTESE DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AVALIAÇÃO POR SEMESTRES	23
TABELA 2 SÍNTESE DAS OPINIÕES DOS ALUNOS DE 10º ANO SOBRE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AVALIAÇÃO POR SEMESTRES	45
TABELA 3 SÍNTESE DAS OPINIÕES DOS ALUNOS DE 11º ANO SOBRE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AVALIAÇÃO POR SEMESTRES	48
TABELA 4 SÍNTESE DAS OPINIÕES DOS PROFESSORES SOBRE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AVALIAÇÃO POR SEMESTRES.....	52
TABELA 5 SÍNTESE DAS OPINIÕES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA SOBRE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AVALIAÇÃO POR SEMESTRES	57
TABELA 6 SÍNTESE DAS OPINIÕES DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO SOBRE AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA AVALIAÇÃO POR SEMESTRES.....	60

Lista de abreviaturas e siglas

AE	AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS
DAC	DOMÍNIOS DE AUTONOMIA CURRICULAR
DGE	DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO
ESAG	ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO GOMES
FLUP	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
LBSE	LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO
ME.....	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MEG	MESTRADO EM ENSINO DE GEOGRAFIA
PAFC	PROJETO DE AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR
PASEO	PERFIL DOS ALUNOS À SAÍDA DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA
PEE	PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA
PES	PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA
PI	PLANO DE INOVAÇÃO
PPIP	PROJETO PILOTO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA
TIC	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Introdução

Na evolução do ensino em Portugal tiveram importante sucesso “[...] as políticas educativas que visaram alargar a escolaridade obrigatória, garantir equidade no acesso à escola e proporcionar uma educação de qualidade, concedendo a todos as melhores oportunidades educativas.” (Alves *et al.*, 2019, p. 340). Contudo, a ação educativa esteve excessivamente orientada na transmissão de conhecimentos para os alunos, tornando-se irrelevante na sociedade atual. “Sobressai, assim, a permanência de um paradigma educativo excessivamente centrado no conhecimento que urge substituir por um novo paradigma focado no desenvolvimento” (Alves *et al.*, 2019, p. 342) das capacidades e atitudes dos estudantes, na formação de adolescentes autónomos e responsáveis que participem na vida democrática e na transmissão de conhecimento científico e tecnológico. Deste modo, a escola deve responder às novas condições do mundo atual em constante mudança, possibilitando um ambiente favorável ao “[...] desenvolvimento de competências, à aquisição de múltiplas literacias e à capacidade de aprendizagem ao longo da vida” (Alves *et al.*, 2019, p. 342).

O Estado, desde a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), tem como finalidade promover o acesso ao ensino, garantindo a equidade e o sucesso escolar a todos os alunos (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro). Entre a década de 1980 e a década de 1990, esta ideia foi avante através de vários diplomas que definiram a autonomia das escolas como “a capacidade de elaboração e realização de um projeto educativo em benefício dos alunos e com a participação de todos os intervenientes no processo educativo” (DL nº 43/1989, nº 1, citado por EDULOG, 2019, p. 4).

Deste modo, com o rápido desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico global, os temas ligados à cultura, individualidade, sexualidade e mudança estiveram no debate atual dos jovens. É neste contexto que a escola, enquanto meio favorável à aprendizagem e ao desenvolvimento de aptidões, teve de elaborar novos métodos para responder aos problemas do mundo atual (Martins *et al.*, 2017).

Pretendia-se que o jovem à saída dos 12 anos de escolaridade obrigatória fosse um cidadão livre, autónomo, com responsabilidade, consciência e competência para

enfrentar os problemas que se lhe iriam colocar. O adolescente deve possuir a faculdade de pensar criticamente e de valorizar o respeito pelos direitos humanos, interculturalidade e gênero, desaprovar todas as formas de preconceito (Martins *et al.*, 2017).

É neste contexto que surge a implementação da avaliação por semestres numa tentativa de melhorar o desempenho e resultados dos alunos para conseguirem adquirir as competências mencionadas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO). Assim, o principal objetivo deste relatório é compreender se a mudança da avaliação por períodos para semestres afetou o ensino, especialmente o da Geografia. Considerando este propósito, foram definidos como objetivos específicos:

- Explicar a evolução do sistema educativo português;
- Entender o funcionamento da organização semestral;
- Analisar a opinião dos elementos da comunidade escolar da Escola Secundária Augusto Gomes (ESAG), enquadrada no município de Matosinhos.

Na concretização destes objetivos foi definida uma metodologia de trabalho que contemplou: numa primeira fase, a recolha, leitura e análise crítica de bibliografia relacionada com o tema em estudo e posteriormente, para aferir a opinião de todos os envolvidos no contexto escolar da ESAG, foram elaborados questionários *online* para que pudessem ser enviadas as questões e analisadas as respetivas respostas.

O estudo foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional, do Mestrado em Ensino de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEG), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), e foi realizado na Escola Secundária Augusto Gomes, no ano letivo de 2021/2022. Este estudo contou com a participação de 69 alunos, 9 encarregados de educação, 25 professores e 12 funcionários da ESAG.

A estrutura deste relatório contempla três capítulos. No primeiro, que corresponde ao enquadramento teórico, é explicado o contexto e a implementação da avaliação por

semestres e como se organiza o ano letivo semestral. No segundo, é apresentada uma caracterização da escola e das turmas onde o estudo foi realizado e uma explicação acerca da metodologia utilizada. No terceiro, são ainda apresentados e analisados os dados recolhidos, analisando-se, separadamente, os resultados obtidos em função de cada um dos instrumentos aplicados.

1. Enquadramento teórico

Durante muitas décadas, as escolas organizaram o seu calendário escolar em função do calendário religioso, existindo três grandes períodos de aulas com paragens para celebrar as festas religiosas do Natal e da Páscoa. Contudo, a ideia da escola estar interligada com o calendário religioso tem perdido força, já que o ensino português é laico. Assim, as escolas começaram a adotar um calendário independente, podendo optarem por dois grandes momentos de avaliação.

1.1. Justificação do tema

Quando iniciei a prática de estágio supervisionado (PES), desconhecia estas novas mudanças e não sabia como se organizava o calendário por semestres nas escolas, nem quando ocorreram estas alterações. Daí levantarem-se várias questões ao decidir analisar o tema:

- Será que um dos objetivos da semestralidade nas escolas é aproximar os alunos à realidade do Ensino Superior?
- Todos os alunos têm conhecimento que existem escolas que optam pela avaliação por semestres?
- Os encarregados de educação, professores, funcionários e alunos concordam com esta mudança do calendário escolar?
- A semestralidade pode ter melhorado o ensino da Geografia?

Estas foram as primeiras questões que coloquei a partir do momento que soube da implementação do regime semestral na ESAG. Elas foram, também, um incentivo para me despertar interesse pelo tema.

Frequentar todos os dias uma escola em regime semestral e poder lecionar nessa escola, foi uma grande vantagem para a elaboração do relatório. No decorrer do ano letivo fui avaliando melhor a organização do novo calendário, o que me motivou cada vez mais para desenvolver o trabalho.

Por outro lado, antes de ter escolhido definitivamente o tema, realizei algumas pesquisas e compreendi que um dos grandes objetivos do Ministério da Educação

(ME), ao autorizar a implementação de um regime semestral nas escolas, era conseguir uma melhoria no sucesso escolar de todos os alunos. Por outro, após essas pesquisas, refleti sobre o que tinha lido e pensei que seria um bom desafio analisar a questão, pois queria realmente aferir se os objetivos propostos pelo ME estavam a surtir um real efeito nas escolas. Em Portugal, já se implementaram várias políticas para melhorar o sistema educativo, contudo continuam a existir várias lacunas que conviria colmatar.

1.2. Contexto da semestralidade em Portugal

Em Portugal, as discussões em torno dos temas “autonomia da escola” e “gestão flexível do currículo” surgiram há mais de vinte anos, revelando avanços e recuos.

Desde a Lei de Bases do Sistema Educativo que têm sido produzidas várias iniciativas focadas no auxílio a estudantes com dificuldades de aprendizagem, com a intenção de “[...] combater o insucesso e o abandono escolares.” (Costa & Almeida, 2019, p. 17). A LBSE foi aprovada a 14 de outubro de 1986, estabeleceu “[...] o quadro geral do sistema educativo.” (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, cap I, artº 1º, ponto 1) e pode definir-se como o referencial orientador das políticas educativas que se destinaram a desenvolver a educação e o ensino em Portugal (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro). Este tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da personalidade, carácter e cidadania dos jovens estudantes de modo a adaptá-los à realidade do mundo atual (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro).

Com a publicação do Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de maio, foi aprovado “[...] o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário [...]” (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio, artº 1). Cada escola necessita de construir a sua própria autonomia mediante a comunidade em que está inserida e em função dos seus problemas e competências (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio). Segundo o texto da Lei, a autonomia deve ser considerada como uma possibilidade de as escolas poderem organizar melhor os seus “recursos educativos” (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio).

Assim, a autonomia é vista como “[...] o poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e dos meios que lhe estão consignados.” (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio, cap I, artº 3º, ponto 1). Esta autonomia é concebida através da negociação entre cada escola, o Ministério da Educação e as câmaras municipais (Decreto-Lei nº 115-A/98, de 4 de maio).

O Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril, veio reforçar a autonomia das escolas por meio de “contratos de autonomia” entre a instituição, o ME e outros estabelecimentos parceiros da comunidade. Todas as escolas têm de desenvolver um modelo de autoavaliação e avaliação externa. Só com estas condições é que é possível avançar para o reforço da autonomia, já que uma maior autonomia se traduz em uma maior responsabilidade por parte das escolas (Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril).

Os agrupamentos de escolas (AE) e as escolas não agrupadas organizam-se com o objetivo de incentivar o sucesso, prevenir a desistência escolar, desenvolver a qualidade do ensino e incentivar a igualdade (Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de abril).

No contexto da autonomia das escolas e atendendo ao futuro dos jovens estudantes, a 26 de julho de 2017, foi homologado através do Despacho n.º 6478/2017, o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Este é o documento mais importante e de referência para toda a organização do sistema educativo quanto “à organização e gestão curriculares e, ainda, para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógicos-didáticos a utilizar na prática letiva.” (Martins *et al.*, 2017, p. 8).

O PASEO estabelece o que se deseja que os estudantes alcancem após a escolaridade obrigatória, não esquecendo que a colaboração dos professores, o apoio dos encarregados de educação e a cooperação das escolas são importantes para que se cumpram todos os requisitos necessários. O grande objetivo é que os alunos construam e consolidem uma cultura científica e artística de base humanista. Assim, é necessário que os jovens estudantes possuam valores e competências para que

possam intervir ativamente na sociedade e que possuam uma consciência autónoma, responsável e civilizada (Martins *et al.*, 2017).

Paralelamente, no ano letivo de 2017/2018, surgiu o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), assente na teoria “[...] de que promover sucesso escolar significa promover melhores aprendizagens para todos [...]” (EDULOG, 2019, p. 8). O PAFC salientou que as escolas deveriam focar-se na aprendizagem de competências que ajudassem os estudantes a gerir a dificuldade do conhecimento que a sociedade atual e em constante mudança nos traz em vez da transmissão de conteúdos “enciclopedistas” (EDULOG, 2019). Este projeto possibilita que as escolas organizem as atividades letivas de um modo diferente do habitual.

Para promover o sucesso educativo as escolas passaram a ter a possibilidade de:

- Fundir parcialmente algumas disciplinas ou mesmo criar disciplinas novas;
- Organizar as disciplinas por semestres;
- Criar domínios de autonomia curricular (DAC);
- Integrar nas matrizes curriculares a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento.

Para possibilitar essas decisões, as escolas podem gerir autonomamente até 25% do currículo. Assim, a flexibilidade curricular tem como objetivo que todos os estudantes tenham acesso à aprendizagem, ao sucesso educativo, à igualdade, ao respeito e à qualidade do ensino-aprendizagem (Alves *et al.*, 2019). Este projeto inclui todas as escolas públicas e privadas que manifestem interesse na sua implementação. Contudo, só poderá ser aplicado a turmas de anos iniciais de ciclo: 1.º, 5.º, 7.º e 10.º anos de escolaridade (Despacho nº 5908/2017, de 5 de julho).

No texto da Lei, o Governo tem como prioridade o cumprimento de uma política educativa concentrada na equidade de acesso ao ensino público. Contudo, esses objetivos não foram completamente atingidos, visto que nem todos os alunos possuem a garantia do “[...] direito à aprendizagem e ao sucesso educativo.” (Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho). É imprescindível que a escola mantenha um ambiente inclusivo com melhores aprendizagens para todos os estudantes. Deste modo, é necessário que seja fornecida às escolas a autonomia para que possam desenvolver

um currículo apropriado aos contextos da sociedade atual e às necessidades dos adolescentes (Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho).

Em 2018, através do novo currículo para o Ensino Básico e Secundário, difundido pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, foi concedida uma maior autonomia às escolas, o que lhes permitiu tomar decisões no sentido de os alunos alcançarem as competências definidas no PASEO (Alves *et al.*, 2019). As normas orientadoras deste Decreto-Lei compreenderam “[...] a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, através de uma abordagem multinível das necessidades educativas dos alunos, do reforço da autonomia das Escolas [...] e do aumento do carácter formativo da avaliação [...]” (Alves *et al.*, 2019, p. 348). Se com o Decreto-Lei nº 55/2018 as escolas tiveram a possibilidade de gerir “[...] com maior flexibilidade as matrizes curriculares [...]” (Costa *et al.*, 2020, p. 13), com a Portaria nº 181/2019 conseguiram usufruir de uma maior autonomia.

Na Portaria nº 181/2019, de 11 de junho, definem-se os termos e condições em que as escolas podem desenvolver Planos de Inovação (PI) adaptados às necessidades da comunidade educativa. Deste modo, autoriza-se o funcionamento dos PI, “[...] bem como o acompanhamento, monitorização e avaliação dos mesmos.” (Portaria nº 181/2019, de 11 de junho). Na elaboração dos PI podem ser adotadas regras em relação à organização do ano escolar, assegurando:

- O implemento do número de dias fixado no calendário;
- A realização das provas e exames estabelecidos no calendário aprovado pelo Governo;
- O reporte de, pelo menos, três momentos de avaliação aos alunos e encarregados de educação em cada ano letivo.

Esta Portaria concebeu a reorganização do calendário escolar e a divisão do ano escolar em semestres. A designada semestralidade, “[...] constitui-se numa medida organizacional e pedagógica potenciadora de um conjunto de práticas inovadoras em curso nesta unidade orgânica, na sequência do PAFC.” (Agrupamento de Escolas de Pombal, 2021, p. 16).

1.3. Implementação da semestralidade em Portugal

Nas prioridades do Programa do XXI Governo Constitucional (novembro de 2015) para o ensino, foi permitido, como experiência pedagógica, a realização do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular dos Ensinos Básico e Secundário, no ano letivo de 2017/2018 (Despacho nº 5908/2017, de 5 de julho).

O Despacho n.º 3721/2017 argumentou que a desistência escolar resulta do insucesso dos resultados e da retenção escolares. Desta forma, o Projeto Piloto de Implementação Pedagógica (PPIP) foi direcionado para conceder aos estabelecimentos de ensino uma maior autonomia para melhorar a qualidade das aprendizagens, de modo que os estudantes concluam cada ciclo de escolaridade com sucesso e na idade modal (Costa & Almeida, 2019).

No texto do Despacho n.º 3721/2017 foram determinados os termos da iniciativa e publicados os seus princípios essenciais, que se baseiam no incentivo e no fortalecimento do desenvolvimento de novas práticas (Morais, 2020).

Os Projetos-Piloto servem para realizar novas experiências inovadoras, tendo vários objetivos:

- Resolver problemas das experiências anteriores;
- Aprofundar o conhecimento acerca de outra realidade;
- Ensaiai novas metodologias (Costa & Almeida, 2019).

O Projeto Piloto de Implementação Pedagógica tinha como objetivo “[...] promover o sucesso e a qualidade das aprendizagens de todos os alunos através da autonomia das escolas e na adoção de projetos educativos [...], que visem responder às suas necessidades específicas e, em paralelo, promovam um maior alinhamento entre as práticas educativas e as dinâmicas da sociedade de hoje.” (DGE, 2017).

Em agosto de 2016, a Direção Geral da Educação (DGE) convocou os diretores dos agrupamentos de escolas inseridos neste projeto. Foram convidados seis AE de norte a sul do país, mais especificamente dos distritos de Viana do Castelo, Porto, Leiria, Santarém e Setúbal (Costa & Almeida, 2019). A DGE justificou a intenção de incluir AE

com características díspares: “diversidade geográfica”, “meio urbano” *versus* “meio rural”, desigualdades nas classificações escolares, etc. Um ponto de semelhança foi o facto de terem tido um trabalho original e com mais iniciativas do que a maioria das escolas (Costa & Almeida, 2019).

Os agrupamentos de escolas foram convidados a elaborar Planos de Inovação Pedagógica. Nos PI, era necessário englobar as medidas a executar e as metas a atingir quanto “[...] às taxas de retenção e desistência, às taxas de conclusão, à percentagem de alunos com positiva a todas as disciplinas e/ou outras que resultassem do acordado no PPIP.” (Costa & Almeida, 2019, p. 31). Foi também definido que os AE envolvidos teriam de seleccionar os anos de escolaridade a participar no projeto, sendo preferencialmente em início de ciclo (1.º, 5.º e 7.º anos).

Com a adesão destes agrupamentos de escolas ao PPIP, o Ministério da Educação teve o compromisso de conceder autonomia às escolas para reorganizarem turmas, horários, programas e calendários escolares, ou seja, para romperem com as leis que determinam muitas das regras nas escolas e, em parte, limitam o trabalho dos professores (Costa & Almeida, 2019).

Importa salientar que a criação do PPIP ocorreu em duas fases de implementação: a primeira, como sendo apenas uma experiência, foi produzida entre 2016 e 2018; a segunda, consistiu no alargamento deste projeto a outras escolas do país, através da Portaria 181/2019 (Costa & Almeida, 2019).

Esta Portaria, concebeu que os seis agrupamentos inseridos no Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica fossem alterados em Projeto de Inovação. Desta forma, as escolas tiveram a hipótese de participar no progresso curricular.

1.4. Organização do calendário semestral em Portugal

Segundo dados da Comissão Europeia, a semestralidade no Ensino Básico e Secundário tem pouca adesão na Europa, contudo, existe em países como a Croácia, a Letónia, a Roménia e a Turquia (Costa *et al.*, 2020). Em Portugal, o Ministério da Educação autorizou que as escolas organizassem o ano escolar em dois semestres em vez de três períodos. Esta ideia foi avante no ano letivo de 2019/2020, abrindo a porta às

experiências dos PPIP (Santos, 2019). Os momentos de paragem sofrem alterações, existindo a escolha de repartição de disciplinas por semestre (Costa *et al.*, 2020).

A modificação do calendário escolar está associada ao contexto de cada comunidade educativa, com a finalidade de progredir na qualidade das aprendizagens e no sucesso escolar dos estudantes (DGE, 2021), facilitando a modificação nos processos de ensino-aprendizagem.

A alteração da avaliação por períodos para a avaliação semestral tem como finalidade:

- Promover a mudança dos métodos e avaliações pedagógicas;
- Repartir, de forma equilibrada, os tempos letivos e as pausas letivas;
- Promover a lecionação interdisciplinar do currículo;
- Incentivar os professores para aderirem a novas práticas de ensino para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e avaliação;
- Reforçar a avaliação formativa e o *feedback* (DGE, 2021).

Na avaliação semestral, os momentos de avaliação sumativa (quantitativa) passam a ser apenas duas, que correspondem ao final do 1º e do 2º semestre, complementando-se com avaliações formativas (qualitativas) por semestre. O 1º semestre inicia-se em setembro e termina em janeiro e o 2º semestre acontece entre fevereiro e junho, com cerca de 80 dias cada um. Desta forma, os alunos passam a ter mais pausas durante o ano letivo (Duarte, 2020).

Por um lado, existem algumas regras relativas ao funcionamento das atividades educativas que devem ser cumpridas para que as escolas possam adotar a avaliação por semestres:

- O número total de dias de férias;
- O início e término do ano letivo;
- A realização das provas e exames devem estar de acordo com o calendário aprovado pelo Governo;

- Têm de existir em cada semestre, pelo menos, três momentos de reporte de avaliação aos alunos e encarregados de educação, sendo o último obrigatoriamente sumativo (Santos, 2019).

Por outro lado, a organização semestral dispõe de disciplinas anuais e disciplinas semestrais, adaptável aos cursos profissionais. Ambas detêm avaliações formativas e avaliações sumativas (Agrupamento de Escolas de Pombal, 2021).

A mudança da avaliação por períodos pela avaliação por semestres originou um aumento da avaliação formativa e respetivo *feedback* aos alunos e encarregados de educação e reforçou os momentos de avaliação. A semestralidade proporciona um maior equilíbrio e harmonia temporal do ano letivo, com mais pausas letivas, reduzindo a tensão sobre os alunos e professores.

A avaliação formativa é uma peça fundamental para o processo ensino-aprendizagem, uma vez que permite recolher informação de qualidade acerca das capacidades e dificuldades dos alunos. Deste modo, os professores podem utilizar o *feedback* para ajudar os discentes a ultrapassar as suas dificuldades (Agrupamento de Escolas de Pombal, 2021).

Após várias pesquisas bibliográficas e segundo Duarte (2020) e Costa *et al.*, (2020), poder-se-ão elencar algumas vantagens e desvantagens na adoção da semestralidade (tabela 1).

Vantagens da semestralidade	Desvantagens da semestralidade
Gestão mais flexível do currículo Inovação na abordagem e nas formas de avaliação das aprendizagens Aumento da frequência de reportes aos estudantes e encarregados de educação	Menor presença dos encarregados de educação nas escolas Diminuição dos momentos de avaliação Diminuição do trabalho pedagógico dos professores Redução da perceção que os alunos, encarregados de

Maior articulação entre as disciplinas Melhor gestão entre o tempo de trabalho e de descanso dos alunos Aumento da responsabilidade dos estudantes Possibilidade de fazer ajustes no calendário escolar Aumento da motivação dos alunos Diminuição de conteúdos/disciplinas por ano/semestre Aumento do número de pausas letivas	educação e professores têm da qualidade das aprendizagens realizadas Trabalho “inútil” e desgastante para os professores
---	--

Tabela 1 Síntese das vantagens e desvantagens da avaliação por semestres

A implementação do regime semestral nas escolas portuguesas não tem sido pacífica e o comentário e a crítica não se fizeram esperar: “[...] a habitual hipocrisia com que o ME continua a tratar estes assuntos: encoraja as escolas a experimentar o modelo semestral, mas condiciona a sua aprovação [...] Em vez de ser uma opção livre e responsável das comunidades escolares, a organização semestral está a funcionar como um rebuçado que o ME oferece discricionariamente a quem aceite caucionar, ainda que parcialmente, as suas más políticas educativas.” (Duarte, 2020).

Como já tinha referido, o Ministério da Educação já implementou várias políticas educativas para melhorar o sistema educativo e mesmo assim existem vários problemas. A solução para melhorar as condições do ensino e o desempenho dos alunos passará por esta mudança de sistema de avaliação?

Contudo, existem críticas positivas à nova mudança: “Este processo permite uma acção mais focada no aluno. Dividir o ano lectivo em dois momentos mais alargados permite centrar mais as avaliações nas aprendizagens, não só nos testes. [...] fazem

mais trabalhos, mais projectos, não estão apenas focados naquela avaliação sumativa. Dá-lhes mais responsabilidade e ferramentas para gerir esses projectos [...]” (Tavares, 2021, citado por Voz Prof, 2021).

De facto, a mudança de avaliação traz consigo vários debates e, de certeza, que não haverá uma opinião uniforme. A meu ver a semestralidade tem desvantagens, algumas já mencionadas, mas também tem grandes vantagens que serão explanadas ao longo do trabalho. Como todas as mudanças, esta alteração de regime de avaliação implica ansiedade, *stress* e desconforto para as pessoas, mas será que valerá a pena trazer à “tona” todos estes “sentimentos”? Há quem concorde e quem discorde e é isso que iremos observar no terceiro capítulo.

2. Estudo de Caso

Neste capítulo será apresentado o trabalho desenvolvido na Prática de Ensino Supervisionada, durante o ano letivo 2021/2022, na Escola Secundária Augusto Gomes, em Matosinhos. Aí lecionei duas turmas de 10º ano, duas turmas de 8º ano e uma turma de 12º ano, sendo que esta investigação teve como base os alunos das duas turmas de 10º ano e os seus encarregados de educação. Alguns alunos do 11º ano participaram também neste estudo, bem como funcionários e professores da instituição. Importa salientar que a identificação atribuída às turmas é fictícia para a proteção de dados de todos os envolvidos.

2.1. Caracterização da Escola

A Escola Secundária Augusto Gomes, inaugurada em 1972, localiza-se na Rua de Damão, freguesia de Matosinhos-Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos. Esta instituição possui uma localização privilegiada, com a proximidade a um conjunto de importantes infraestruturas locais, como: a Câmara Municipal de Matosinhos, a Junta de Freguesia de Matosinhos-Leça da Palmeira, o Palácio da Justiça de Matosinhos, a Piscina Municipal de Matosinhos, a Biblioteca Municipal Florbela Espanca, a Polícia Municipal de Matosinhos, entre outros. É importante referir que na sua área envolvente existem a Escola Secundária João Gonçalves Zarco, a EB1 Augusto Gomes, o Jardim Escola João de Deus e a Escola Básica de Matosinhos (figura 1).

A ESAG tem acesso a uma vasta rede de transportes, como o Metro do Porto, os autocarros da STCP e os autocarros Transportes Maré, que colocam em contacto a escola com outras freguesias e concelhos limítrofes.

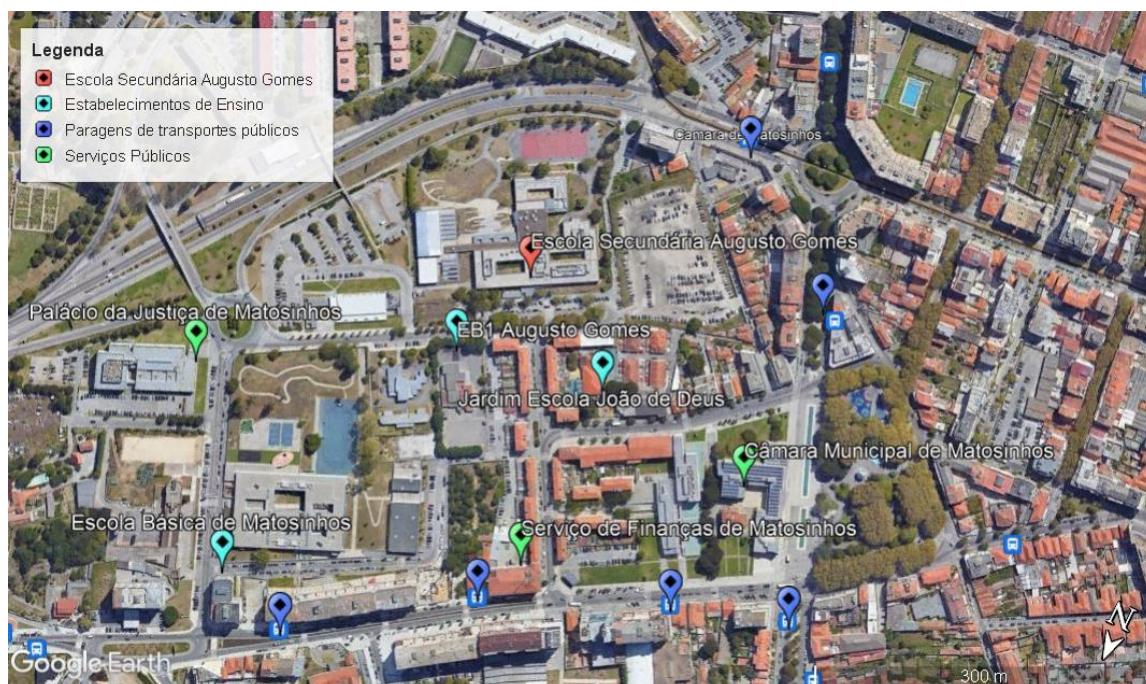


Figura 1 Enquadramento geográfico da ESAG

A ESAG é uma escola não agrupada, com o 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. No ano letivo de 2021/2022 o corpo docente da escola era composto por 150 membros, sendo a diretora a Profª Margarida Pereira e subdiretora a Profª Helena Captivo, e 48 membros do corpo não docente. O universo estudantil era composto por 1292 alunos, sendo 126 do 7º ano, 165 do 8º ano, 143 do 9º ano, 300 do 10º ano, 213 do 11º ano, 206 do 12º ano e 139 dos cursos profissionais do 10º, 11º e 12º anos. A escola estava organizada segundo um regime semestral (no Ensino Básico e Secundário), existindo disciplinas com a duração de um semestre no Ensino Básico. As aulas eram divididas em blocos de 50 minutos ou 100 minutos (50+50).

Relativamente à oferta formativa, a escola possuía, para o Ensino Secundário, os cursos Científicos Humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais, bem como os cursos profissionais de Técnico de Turismo (1º, 2º e 3º anos), Técnico Comercial (2º e 3º anos), Técnico de Comunicação e Serviço Digital (3º ano) e Técnico de Gestão e Sistemas Informáticos (1º ano). A escola tinha um ensino articulado de Música, em coordenação com a Escola de Música Óscar da Silva, e desenvolvia uma parceria com o Centro Qualifica da

Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos, dispondo de uma equipa de formadores/júri de certificação (PEE, 2022).

A escola possuía ainda os seguintes projetos: “Apptece Ler”, “Cinesag”, “Desporto Escolar”, “EcoEsag”, “Educação para a Saúde”, “Parlamento Europeu de Jovens”, “Parlamento dos Jovens”, “Prémio de Pintura Juvenil de Augusto Gomes”, “Projeto Erasmus+”, “Sala de Jogos”, “Saber+Português”, “Teatradas- Clube de Teatro”, “Todos Lêem” e “Todos Escrevem” (PEE, 2022).



Figura 2 Escola Secundária Augusto Gomes

A ESAG desenvolveu parcerias com várias instituições: Cruz Vermelha Portuguesa, Bombeiros Voluntários de Leixões, Academia de Dança de Matosinhos, Orquestra de Jazz de Matosinhos, Orquestra de Jazz de famílias, Hip Hop de Paulo Aguiar, Junta de Freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira, União de Mulheres Alternativa e Resposta, Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental de Matosinhos, Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos, Núcleo dos Amigos dos Pescadores de Matosinhos, Associação de Pais e Encarregados de Educação e a Associação de Estudantes da ESAG (PEE, 2022).

Finalmente, no que respeita aos núcleos de estágio de formação de professores, existiam, na ESAG, três: um de Geografia, um de Filosofia e um de Educação Física.

No que diz respeito ao edificado e instalações, a ESAG possuía boas condições já que fez parte do conjunto de escolas intervencionadas pela Parque Escolar, entre 2011 e 2015. A instituição usufruía de uma variedade de infraestruturas, equipamentos e serviços aptos a responder às necessidades de toda a comunidade escolar, estando rodeada de amplos espaços verdes. Para além das salas de aula, existiam outros espaços de suporte de trabalho aos diversos membros do contexto escolar (PEE, 2022). É importante referir o cuidado que a escola teve perante o combate à Covid-19, desde a higienização regular das salas de aula, casas de banho e refeitório, até ao apelo aos alunos para o uso correto da máscara e à preocupação para que os estudantes em isolamento continuassem a assistir às aulas, mesmo sendo à distância.

2.2. Contexto e implementação da semestralidade

No ano letivo 2017/2018, a ESAG iniciou uma nova etapa do seu percurso com a implementação do PAFC. Este projeto, como já foi abordado no primeiro capítulo, surgiu com a publicação do Despacho nº 5908/2017, de 5 de julho. A Lei autoriza que as escolas implementem, em regime de experiência, o Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, no Ensino Básico e Ensino Secundário, com turmas de anos iniciais de ciclo, no qual podem gerir o currículo e introduzir, nessas turmas, as DAC e a disciplina de Cidadania. Para este projeto a escola escolheu aleatoriamente duas turmas de 7º ano: o 7ºX e o 7ºY designadas por “turmas piloto”. Estas duas turmas serviram como universos concretos para uma experiência pedagógica, tendo como objetivo a introdução das DAC no ano letivo em estudo (PI, 2020).

Com a publicação do Decreto-Lei nº 55/2018, os órgãos pedagógico e de gestão da ESAG preferiram organizar, no ano letivo de 2019/2020, o currículo de disciplinas com menor carga semanal em regime de semestralidade para todo o Ensino Básico: Geografia/História, Ciências Naturais/Ciências Físico-Químicas e Oficina de Imagem/Cidadania. Contudo, nesse ano letivo, a ESAG não conseguiu adaptar o seu calendário escolar à semestralidade, causando problemas logísticos, uma vez que algumas disciplinas eram avaliadas semestralmente e outras trimestralmente, por

períodos. Desta forma, os alunos tinham a avaliação em dois tempos e as classificações das disciplinas semestrais só eram publicadas no final do ano letivo (PI, 2020).

Assim, foi necessário optar por áreas de intervenção para responder aos problemas já identificados, mas também melhorar as taxas de transição nos diferentes ciclos, “detetar precocemente casos de alunos com dificuldades de aprendizagem”, precaver o absentismo, “aumentar as taxas de ingresso no ensino superior” (PI, 2020, p. 6), incentivar a prática de uma cidadania ativa e autónoma, entre outros aspetos, que contribuíam para a promoção do sucesso de todos os alunos, assegurando que todos reúnam as competências definidas no PASEO (PI, 2020).

Para tentar solucionar todos os constrangimentos, a ESAG implementou, em 2020, um Plano de Inovação (PI) a aplicar durante o triénio 2020/2023, ao abrigo da Portaria 181/2019 que permitia que as escolas apresentassem os seus Planos de Inovação para, posteriormente, adotarem a avaliação semestral. Este PI pretendia “[...] definir os termos e as condições da Autonomia e Flexibilidade Curricular [...]” (PI, 2020, p. 3), de forma a organizar o ano letivo em semestres para todas as disciplinas da ESAG. Para proceder à implementação do PI, convocou-se uma reunião com todos os professores de todos os grupos disciplinares, na qual se explicaram os prós e contras desta nova proposta. Ficou decidido que a escola iria reger-se por um calendário escolar organizado por semestres no ano letivo de 2020/2021, com a ajuda do Plano de Inovação (PI, 2020), uma vez que as escolas só estão autorizadas a estabelecer um novo calendário escolar quando o seu Plano de Inovação for aprovado pelo Ministério da Educação. É importante destacar que a Direção da ESAG que “implementou” a semestralidade no ano letivo 2020/2021, não foi a mesma no ano seguinte.

Com este Plano de Inovação, a ESAG tinha como objetivos, para além da avaliação por semestres, aprofundar “os percursos de autonomia e flexibilidade curricular já trilhados”, privilegiar “[...] a interligação e a interseção de saberes de diferentes áreas [...]” (PI, 2020, p. 4), reforçar a avaliação formativa e aumentar a colaboração dos encarregados de educação no percurso escolar dos seus educandos, entre outros aspetos (PI, 2020).

Apesar de a ESAG ter autonomia, ainda precisa seguir algumas regras impostas pelo Ministério da Educação: deve ser respeitado o calendário das provas de aferição, das provas finais de ciclo, dos exames nacionais, das provas de equivalência à frequência do Ensino Básico e Ensino Secundário; deve ser assegurado que os dias de pausas letivas sejam os mesmos que os restantes estabelecimentos de ensino do país e devem ser elaborados relatórios de monitorização e de autoavaliação (PI, 2020).

Estes últimos são realizados, semestralmente, pelas Coordenadoras da Autonomia e Flexibilidade Curricular e Cidadania e Desenvolvimento, juntamente com as Coordenadoras dos Diretores de Turma do Ensino Básico e Ensino Secundário, assim como com o Coordenador dos Cursos Profissionais. Estes relatórios são importantes para aprofundar a “[...] gestão da flexibilidade curricular, ao longo do triénio 2020/2023.” (PI, 2020, p. 36).

Como já referido, no ano letivo de 2019/2020, já havia sido experienciada a semestralidade em algumas disciplinas e, após o final do 1º semestre, foi desenvolvida a monitorização desta nova organização, realizando-se questionários a todos os membros da comunidade educativa (encarregados de educação, alunos e professores). Estes inquéritos tinham como objetivo avaliar o funcionamento das disciplinas semestrais e a aplicação dos DAC. A difusão dos questionários foi feita através da plataforma *Google Forms* e o público-alvo teve algumas exceções. Foram realizados os questionários a todos os alunos do 8º ano e às turmas 9º X e 9º Y, as designadas “turmas piloto”, que estavam integradas no Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, e aos professores e encarregados de educação das respetivas turmas. Os questionários não foram aplicados a alunos do 7º ano, uma vez que estas medidas só foram implementadas no ano letivo em causa e considerou-se que ainda não tinha decorrido tempo suficiente para que os estudantes e respetivos encarregados de educação pudessem ter uma opinião fundamentada das medidas adotadas. Comparando as vantagens e as desvantagens da implementação das disciplinas em regime de semestralidade e apesar de ter havido algum *feedback* negativo, as vantagens prevaleceram e os resultados indicaram que estas medidas deveriam ser impostas no ano letivo de 2020/2021 (PI, 2020).

2.3. Organização do calendário semestral

Na ESAG, a avaliação por semestres iniciou-se no ano letivo de 2020/2021. Esta opção tornou-se bastante importante uma vez que no 3º ciclo do Ensino Básico já existiam algumas disciplinas semestrais. Como referimos, a avaliação semestral torna todo o procedimento avaliativo mais “coerente e dinâmico” (PI, 2020, p. 24), graças a um maior número de reportes aos alunos e encarregados de educação. No Ensino Profissional, a organização semestral foi uma vantagem, já que na disciplina de “Projeto Tecnológico 3x2”, que consiste na realização de dois projetos semestrais, passou a existir uma avaliação sumativa no final de cada um dos semestres e não no final de períodos (PI, 2020).

Por um lado, este novo calendário escolar implicou um equilíbrio na divisão do ano letivo e nas pausas letivas, que possibilitavam que os alunos conseguissem descansar, aumentando o seu sucesso escolar. Por outro lado, contribuiu para um maior número de reportes qualitativos que permitiam que os alunos e encarregados de educação tivessem noção dos progressos ou recuos dos estudantes, assim como facilitavam o trabalho dos professores. A semestralidade ajudou a reduzir o número de disciplinas por semestres, sendo uma vantagem para os alunos, pois assim tinham menos horas semanais (PI, 2020).

Na organização do calendário escolar por semestres existiam algumas diferenças entre o Ensino Básico e o Ensino Secundário que são importantes referir. No Ensino Básico existiam disciplinas semestrais já que, por exemplo, a Geografia articulava-se com a História, ou seja, os alunos do 7º ao 9º ano, no 1º semestre, tinham Geografia e no 2º semestre tinham História. Dando o exemplo das minhas duas turmas de 8º ano: no 1º semestre lecionei o 8º X e no 2º semestre essa turma passou a ter História e, posteriormente, comecei a lecionar o 8ºY que teve História no 1º semestre. Para além do mais, no final do 1º semestre, só eram publicadas as classificações referentes às disciplinas anuais e no final do ano letivo eram publicados os resultados de todas as disciplinas. Em relação ao Ensino Secundário o que realmente diferiu foi apenas a

avaliação, ou seja, todas as disciplinas eram anuais, mas existiam dois momentos de avaliação sumativa, no fim de cada semestre.

Contudo, existiam várias características em comum no Ensino Básico e Secundário: em cada semestre, havia um reporte de três momentos de avaliação aos alunos e encarregados de educação, sendo dois de avaliação descritiva/qualitativa e o terceiro de avaliação sumativa/quantitativa; nos reportes de avaliação formativa constava uma descrição que refletia a evolução das aprendizagens do aluno tendo como referencial os critérios de avaliação da disciplina; as avaliações de carácter qualitativo eram dadas a conhecer através da plataforma “Inovar”; o diretor de turma realizava três reuniões com os encarregados de educação, no início do ano letivo, no final do 1º semestre e no final do 2º semestre (PI, 2020).

Durante os intervalos letivos, geralmente, os alunos não tinham aulas e os conselhos de turma reuniam-se para discutir as avaliações dos estudantes. Desta forma, os reportes aos encarregados de educação eram feitos presencialmente, em reuniões organizadas pelo diretor de turma e/ou pelo programa “Inovar”. Para além destes momentos, o diretor de turma continuava a realizar, sempre que necessário, reportes aos encarregados de educação via telefone, *email* e pequenas reuniões. Contudo, existiam reportes que apenas era necessário entregar aos diretores de turma, ou seja, não havia interrupções letivas e os conselhos de turma não se reuniam. Os professores necessitavam de inserir as sínteses de cada aluno na plataforma do programa “Inovar”, que se baseavam num comentário breve sobre o comportamento, empenho, participação e competências do discente em sala de aula.

No ano letivo de 2021/2022, devido à situação pandémica, o fim do 1º semestre e o início do 2º semestre sofreram alterações. Na figura 3 podemos observar o calendário escolar da ESAG do ano letivo 2021/2022, com as respetivas alterações.



2021 | 2022 calendário escolar (revisto em 3 de dezembro de 2021)

	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
sábado					1						
domingo					2				1		
segunda			1		3				2		
terça			2		4	1	CARNAVAL 1		3		
quarta	1		3	1	5	2	2		4	1	
quinta	2		4	2	6	3	3		5	2	
sexta	3	1	5	3	7	4	4	1	6	3	1
sábado	4	2	6	4	8	5	5	2	7	4	2
domingo	5	3	7	5	9	6	6	3	8	5	3
segunda	6	4	8	6	10	7	7	4	9	FIM 9º 11º 12º 6	4
terça	7	5	9	7	11	8	8	5	10	Sr Matosinhos 7	5
quarta	8	6	10	8	12	9	9	6*	11	8	6
quinta	9	7	11	9	13	10	10	7	12	9	7
sexta	10	8	12	10	14	11	11	8	13	10	8
sábado	11	9	13	11	15	12	12	9	14	11	9
domingo	12	10	14	12	16	13	13	10	15	12	10
segunda	13	11	15	13	17	14	14	11	16	13	11
terça	Início 1º S 14	12	16	14	18	15	15	12	17	14	12
quarta	15	13	17	15	19	16	16	13	18	FIM 7º 8º 10º 15	13
quinta	16	14	18	16	20	17	17	14	19	16	14
sexta	17	15	19	17	21	18	18	15	20	17	15
sábado	18	16	20	18	22	19	19	16	21	18	16
domingo	19	17	21	19	23	20	20	PÁSCOA 17	22	19	17
segunda	20	18	22	20	24	21	21	18	23	20	18
terça	21	19	23	21	FIM 1º S, 25	22	22	19	24	21	19
quarta	22	20	24	22	26	23	23	20	25	22	20
quinta	23	21	25	23	27	24	24	21	26	23	21
sexta	24	22	26	24	28	25	25	22	27	24	22
sábado	25	23	27	NATAL 25	29	26	26	23	28	25	23
domingo	26	24	28	26	30	27	27	24	29	26	24
segunda	27	25	29	27	Início 2º S 31	28	28	25	30	27	25
terça	28	26	30	28			29	26	31	28	26
quarta	29	27		29			30	27		29	27
quinta	30	28		30			31	28		30	28
sexta		29		31				29			29
sábado		30						30			30
domingo		31									31

Início	Feriados	Reportes semestrais	Esag-Non-Stop	Avaliações intermédias	Suspensão das atividades letivas	Interrupções letivas (paragem de professores e alunos)
Fim				Avaliações do final do semestre *Sem paragem para alunos		

Figura 3 Calendário escolar da ESAG do ano letivo 2021/2022

2.4. Prós e contras da avaliação por semestres

A semestralidade, como muitas outras alterações na vida escolar, apresenta vantagens e desvantagens. Em primeiro lugar, é importante mencionar o facto de todos os envolvidos no contexto escolar estarem habituados a um calendário adaptado às festas cristãs, visto que o final de cada período coincidia com o Natal e a Páscoa. Se o ensino português é laico e os alunos (e respetivas famílias), por vezes, pertenciam a comunidades religiosas que não são cristãs e católicas, sobretudo nas grandes cidades, porquê estar associado a essas festividades? Foi neste contexto que professores da ESAG se basearam para justificar a sua preferência pela semestralidade.

Um outro fator muito importante para esta troca de períodos para semestres, foi o facto da avaliação semestral ser mais justa e adequada para os alunos, uma vez que, com avaliações por períodos, o ano escolar não era bem repartido, já que tinham um 1º período com quatro meses, um 2º período com cerca de três meses e um 3º período com apenas dois meses. Os professores também reparavam que os alunos chegavam ao 2º período já bastante cansados. Assim, este novo calendário é uma mais-valia para os alunos, pois permite uma melhor divisão das pausas letivas, contribuindo para diminuir o cansaço e o *stress* nos alunos, podendo ajudar a reduzir a indisciplina em sala de aula (PI, 2020).

A semestralidade ajuda no maior envolvimento dos discentes no sistema de aprendizagem, possibilitando que o professor conheça as fragilidades dos seus alunos, ajudando-os a obter melhores resultados. Uma divisão letiva semanal equilibrada, “[...] um menor número de turmas e de alunos [...]” (PI, 2020, p. 15), possibilita que os professores consigam acompanhar, conhecer e desenvolver “[...] práticas pedagógicas/didáticas e de avaliação formativa, com impacto no sucesso escolar dos discentes” (PI, 2020, p. 15).

Relativamente aos “contras” da avaliação por semestres, alguns professores da ESAG afirmaram que com apenas dois semestres os alunos não têm o 3º período para tentar recuperar as classificações negativas e isso poderia prejudicá-los. Alguns grupos disciplinares não foram a favor da implementação das disciplinas semestrais, pois os

docentes alegaram que as suas matérias só teriam sentido serem lecionadas ao longo do ano.

Um aspeto muito importante a mencionar é o facto da média etária dos professores da ESAG ser de 60 anos, o que poderá explicar que muitos docentes não fossem a favor do novo calendário: quase todos já passaram por várias reformas escolares e nenhuma delas trouxe grandes melhorias ao Ensino Básico e ao Ensino Secundário.

Para finalizar, ainda existem muitos professores, alunos e encarregados de educação sem opinião fundamentada relativamente a esta mudança, uma vez que a avaliação por semestres foi implementada quando os alunos estavam a ter aulas à distância devido à situação pandémica em que o país se encontrava. Assim, todos os envolvidos no contexto escolar só vivenciaram a 100% a nova mudança no ano letivo de 2021/2022: talvez no próximo ano poderão conseguir formar uma mais fundamentada opinião sobre a semestralidade.

2.5. Metodologia: Caracterização da amostra e procedimentos

Recordando o objetivo primeiro do relatório – compreender se a mudança da avaliação por períodos para semestres afetou o ensino, particularmente o da Geografia, na ESAG – tomámos algumas decisões sobre as características do universo a inquirir. Assim, o estudo de caso envolveu duas turmas de alunos de 10º ano e os seus respetivos encarregados de educação, dez turmas de 11º ano, dois professores de cada grupo disciplinar (exceto Geografia), alguns professores do grupo disciplinar de Geografia e funcionários da ESAG. Importa explicar que o estudo envolveu alunos de 11º ano, uma vez que os discentes que pertenceram às “turmas piloto” no ano letivo de 2017/2018 estavam distribuídos por todas essas turmas. Saliente-se que, no tratamento da informação, as turmas de cada ano de escolaridade são apresentadas sob uma designação distinta da verdadeira devido à atenção dada na proteção de dados.

As duas turmas de 10º ano (10º X e 10º Y), foram escolhidas entre as cinco que lectionei durante o meu estágio curricular. A turma do 10º X, no início do ano, contava com 28 alunos, mas acabaram por sair cinco e entrar outros dois, chegando assim ao final do

ano letivo com 25 alunos. Esta turma incluía 10 elementos do sexo feminino e 15 do sexo masculino, sendo que a idade variava entre os 14 e os 17 anos (figura 4). Esta turma era, internamente, bastante competitiva, empenhada e participativa, existindo alunos muito interessados nas matérias lecionadas e com questões bastante pertinentes. Contudo, alguns estudantes tinham muitas dificuldades em Geografia e eram bastante faladores. Por vezes, alguns alunos “desafiavam” as competências das professoras estagiárias, mas sem “faltar ao respeito”.

A turma 10ºY, no início do ano, contabilizava 20 alunos, mas acabaram por sair três e entrar outros três. A turma era composta por 16 elementos do sexo feminino e 4 do sexo masculino, variando as idades entre os 14 e os 16 (figura 4). O 10ºY era uma turma bastante acolhedora, respeitosa e amável para com os professores, contudo os alunos eram um pouco faladores e distraíam-se muito facilmente. Esta turma não tinha grandes resultados em Geografia, não pela falta de capacidades, mas talvez pela grande distração em sala de aula e por falta de estudo.

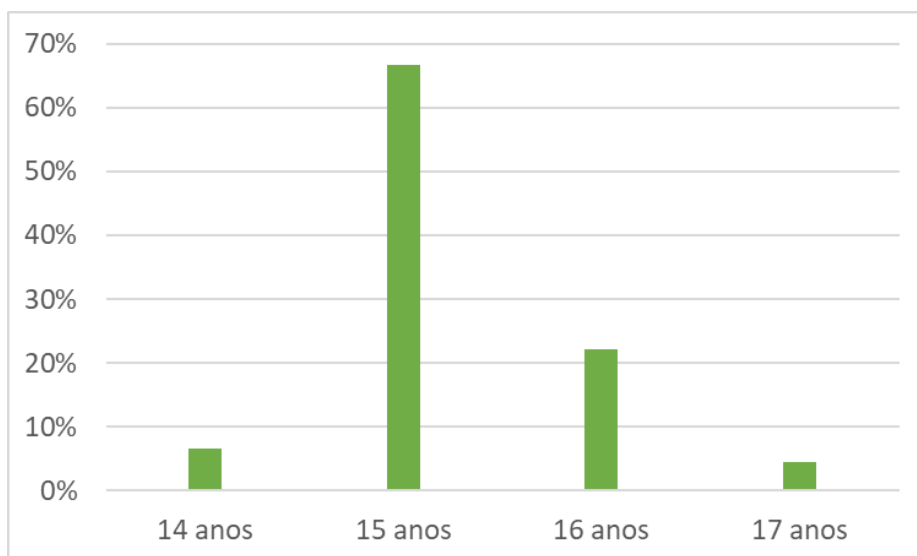


Figura 4 Alunos do 10º ano por escalão etário

Em relação às turmas de 11º ano, não tive contacto com nenhum estudante até à data da aplicação dos questionários, uma vez que só lecionei os 8º, 10º e 12º anos, mas como já referimos, esta análise envolveu várias turmas de 11º ano, pois saber a

opinião dos alunos que pertenceram às “turmas piloto” dos 7ºX e 7ºY, seria um ponto fulcral para o estudo de caso.

Foram 26, os alunos do 11º ano que participaram neste estudo, sendo 14 do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Os questionários foram implementados a 10 turmas, sendo que: 3 alunos pertenciam ao 11ºP, 3 alunos estavam no 11ºQ, 2 alunos estavam no 11ºR, 1 aluno pertencia ao 11ºS, 2 alunos estavam do 11ºT, 4 alunos pertenciam ao 11ºU, 3 alunos estavam no 11ºV, 1 aluno pertencia ao 11ºX, 1 aluno pertencia ao 11ºY e 6 alunos estavam no 11ºZ.

Relativamente aos 150 docentes da ESAG apenas 26 participaram nesta análise. Tendo sido convidados dois professores de cada grupo disciplinar apenas 19 responderam ao questionário (figura 5). Importa salientar que os professores de Artes Visuais não responderam ao questionário. Dos 19 professores, 14 eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino.

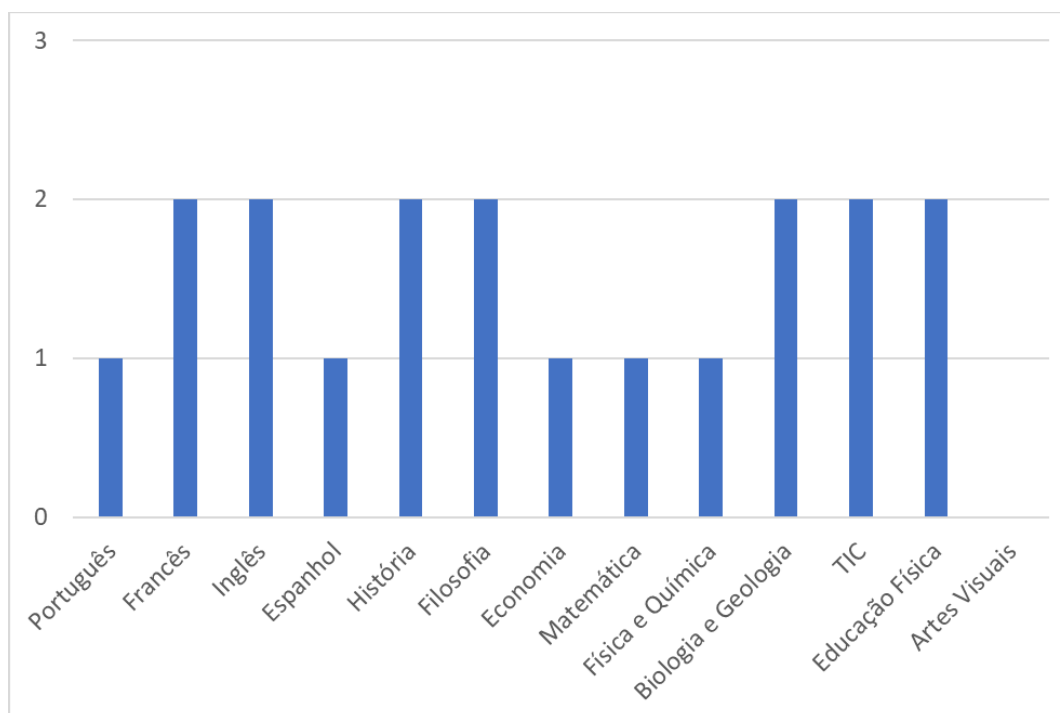


Figura 5 Professores da ESAG por grupo disciplinar

Do grupo disciplinar 420 (Geografia) faziam parte 10 professores, mas apenas 6 se mostraram disponíveis para responder ao questionário. Desses 6 professores, 3 eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino, sendo que metade estavam na ESAG há mais de 5 anos e os restantes docentes entraram na escola no ano letivo de 2021/2022.

Desde a 1ª reunião de grupo disciplinar, os professores mostraram-se muito amáveis e cooperativos para com as professoras estagiárias. Os docentes de Geografia estiveram sempre disponíveis para nos ajudarem no que fosse preciso e preocupavam-se connosco. Este grupo disciplinar era unido, competente e com grande conhecimento das matérias geográficas.

Em relação aos encarregados de educação do 10ºX e 10º Y, foram convidados a participar 45, mas apenas 9 responderam ao questionário. Entre estes, 4 eram licenciados, 2 tinham o Ensino Secundário, 1 possuía o 3º ciclo, 1 tinha o 2º ciclo completo e 1 possuía uma frequência universitária (figura 6).

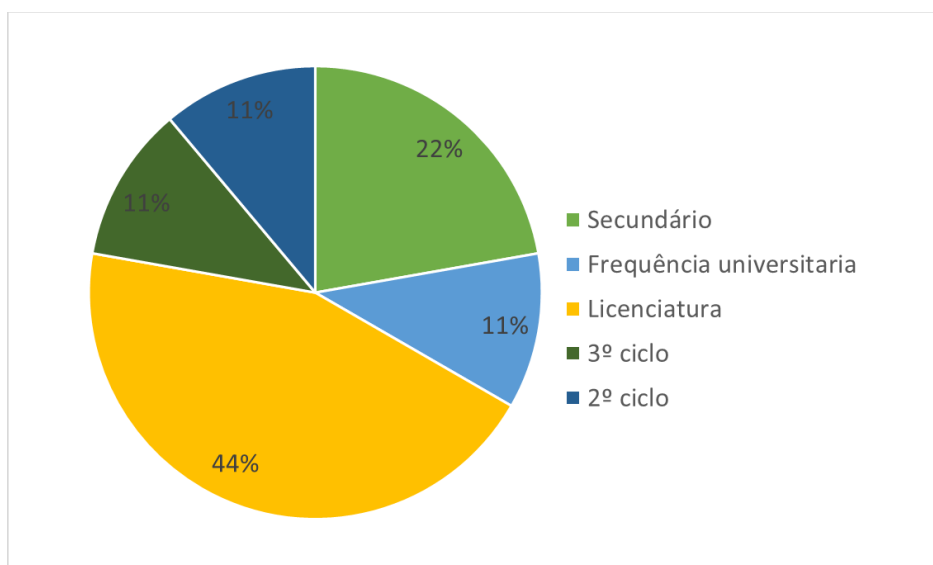


Figura 6 Habilitações literárias dos encarregados de educação dos 10º X e 10º Y

Este estudo englobou também 12 funcionários da ESAG, sendo 9 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. É importante salientar que 4 funcionários trabalhavam na escola há mais de 10 anos e 5 funcionários entraram no ano letivo 2021/2022. Todos eram bastante competentes, bem-dispostos e com um bom sentido de humor.

Preocupavam-se muito com os alunos e ajudavam as professoras estagiárias no que

era possível, pois viam nas mesmas o futuro do país, desejando sempre muito sucesso na vida profissional e pessoal.

A estruturação e elaboração desta análise baseou-se na realização de 6 questionários. A primeira etapa passou pela escolha das turmas que iriam participar no estudo de caso, entre as que lecionava. Escolhi as duas turmas de 10º ano, pois, a meu ver, os alunos de 8º ano ainda não tinham uma ideia formada sobre a avaliação por semestres e os alunos do 12º ano só vivenciaram a semestralidade na ESAG, no Ensino Secundário. Em relação aos alunos de 10º ano, estes já tinham conectado com a avaliação por semestres no Ensino Básico (9º ano) e no Ensino Secundário (10ºano). Depois das turmas selecionadas, elaborei um questionário na plataforma *Google Forms* e procurei o conselho do meu orientador de estágio para saber o seu *feedback* sobre o mesmo e se o poderia aplicar em sala de aula.

Confirmada a aprovação, expliquei aos alunos em que consistia o meu relatório de estágio e o referido questionário, enviei-o por *email* e pedi a todos para responderem, sendo que nenhum se opôs. O 1º questionário aos alunos do 10º ano foi aplicado no 1º semestre e tinha como objetivo saber quem já frequentava a ESAG desde o ano letivo 2017/2018 e se tinha pertencido às “turmas piloto”.

Após a análise das respostas ao 1º questionário, achei pertinente elaborar um outro. A mesma metodologia foi seguida: durante uma aula de Geografia expliquei o propósito do novo questionário, enviei o *link* aos alunos e solicitei a resposta. Desta vez, as questões foram mais aprofundadas e o grande objetivo era conhecer a opinião dos alunos sobre a mudança da avaliação por períodos para semestres.

Já no 2º semestre, realizei um questionário aos alunos do 11º ano. Para isso, desloquei-me à secretaria da ESAG para perguntar em que turmas estavam os alunos que tinham pertencido às “turmas piloto” e recebi uma lista com a informação solicitada. Posteriormente, vi o horário de cada turma para saber em que dia, em que hora e em que sala teria de ir para conversar com os alunos. Assim, interrompi algumas sessões letivas e pedi permissão aos professores para falar muito brevemente com os estudantes que precisava que participassem neste estudo. Apresentei-me a

cada aluno, explicando o tema do relatório e o que pretendia, sendo que, no momento, todos concordaram em responder. Finalmente, enviei-lhes por *email* o *link* do questionário para poderem responder.

Tendo recolhido a opinião dos alunos sobre a semestralidade, também precisava do *feedback* dos professores da escola. Em primeiro lugar, criei um questionário com perguntas que considerei pertinentes que os professores respondessem e apresentei ao meu orientador de estágio. Decidimos que o melhor seria elaborar um questionário com as mesmas perguntas para cada grupo disciplinar e pedir apenas a dois professores de cada grupo para responderem. Concedida autorização da diretora da ESAG para realizar o trabalho, escolhi aleatoriamente os dois professores e, juntamente com o meu orientador de estágio, elaborei um *email* a apresentar-me, a explicar o tema do meu relatório e em que consistia o questionário e enviei o respetivo *link*. Em relação ao grupo disciplinar de Geografia, alterei algumas perguntas no questionário, conversei pessoalmente com os professores numa reunião de grupo e questioneei se poderiam participar no estudo de caso, sendo que todos concordaram. Só então enviei por *email* o *link* do respetivo questionário. É importante salientar que os professores membros da Direção da escola não participaram neste estudo devido a problemas burocráticos.

Para recolher a opinião dos funcionários acerca desta mudança na ESAG, utilizei um método mais informal, ou seja, escutei as suas ideias através de entrevistas. Quando encontrava algum funcionário na escola, apresentava-me (algumas vezes não foi necessário), explicava o tema do meu relatório de estágio e perguntava-lhe se poderia fazer algumas perguntas. Essas perguntas eram simples e de rápida resposta e baseavam-se sobre a preferência dos funcionários em relação à avaliação por períodos e por semestres e se esta mudança teve algum impacto no seu trabalho.

Já no final do 2º semestre elaborei o 6º e último questionário: aos encarregados de educação. Apresentei o questionário ao meu orientador de estágio e, juntamente com a diretora da escola, conversamos sobre a melhor maneira de o aplicar. Seria através das diretoras de turma do 10ºX e do 10º Y. Assim, enviei um *email* às diretoras de turma que o reencaminharam para os encarregados de educação. Esse *email* continha

o *link* do questionário, uma breve apresentação minha, a explicação do tema do relatório de estágio e a razão de precisar que participassem no estudo de caso.

3. Apresentação e análise dos resultados

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados da investigação realizada ao longo do ano letivo de 2021/2022. Os dados recolhidos foram tratados com o auxílio do *Microsoft Excel*, sendo assim possível elaborar gráficos essenciais para a análise dos resultados.

3.1. Questionários aos alunos de 10º ano

A aplicação do primeiro questionário teve início no mês de novembro de 2021. Apesar do universo ser de 45 alunos de 10º ano, responderam apenas 38, já que os restantes não estiveram presentes na aula em que se desenvolveu a atividade.

Em relação à primeira pergunta “Que escola frequentaste no teu 7ºano?”, 23 alunos encontravam-se em outras instituições e apenas 15 alunos frequentavam a ESAG. Já no 8º ano houve uma pequena diferença, passando para 22 os alunos que frequentavam outras escolas e 16 alunos que estavam inscritos na ESAG. No 9º ano de escolaridade, os dados obtidos foram exatamente os mesmos referidos para o 7º ano. Com esta análise podemos observar que os alunos que se matricularam no 7º ano permaneceram sempre na ESAG e que os restantes vieram de outras escolas que talvez só tivessem o Ensino Básico ou vieram para a ESAG, pois trocaram de casa, por exemplo, ou por esta escola ter boas acessibilidades.

Relativamente às “turmas piloto”, apenas 2 dos 38 alunos pertenceram ao 7ºX ou ao 7ºY, uma vez que eram repetentes, e apenas 3 estudantes tiveram avaliações por semestres, noutras escolas. Com isto concluiu-se que a maioria dos alunos de 10º ano teve, pela primeira vez, um calendário escolar organizado por semestres na ESAG e que algumas escolas de Matosinhos ainda não implementaram o regime semestral.

Este primeiro questionário serviu, principalmente, para saber quais os alunos que estavam matriculados na ESAG desde o ano letivo de 2018/2019, se algum aluno já tinha experienciado a organização semestral noutra escola ou se tinha pertencido às “turmas piloto”.

O segundo questionário foi aplicado no 2º semestre, em fevereiro de 2022, e nele participaram 43 alunos, uma vez que dois alunos não estiveram presentes na aula em que os colegas responderam às perguntas. O principal objetivo era conhecer a opinião dos alunos acerca do calendário semestral, desde as vantagens e desvantagens que encontravam na avaliação por semestres, até às principais diferenças que notaram na transição da avaliação por períodos para semestres.

Por um lado, 22 alunos do 10º ano (51%) nunca tiveram avaliações por semestres, enquanto 21 alunos (49%) já tinham experienciado o regime semestral. Este acontecimento pode ser justificado pelo facto da maioria dos estudantes ter pertencido, até ao seu 9º ano, a outras instituições que funcionavam com avaliações por períodos. Por outro lado, a grande maioria dos alunos (27) preferiu o calendário escolar por períodos e 16 alunos preferiram este novo calendário (figura 7).

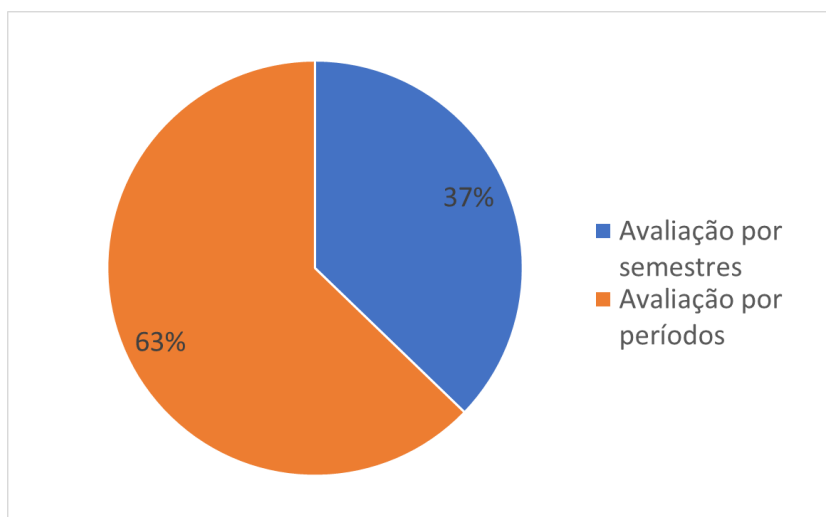


Figura 7 Percentagem de alunos que preferiram a avaliação por semestres ou por períodos

Quando questionados sobre o porquê de preferirem a avaliação por semestres, a grande maioria respondeu que tem mais paragens letivas, ajudando assim a ter mais tempo para poder estudar com calma. Alguns alunos mencionaram também que têm menos testes e com datas mais espaçadas, dando-lhes mais tempo para melhorarem os resultados. Segundo o relato de um aluno: “Por semestres temos mais matéria para estudar e também mais tempo por termos menos testes. Acho que com mais tempo o desenvolvimento do aluno é mais propenso a melhorar mesmo que seja

mais matéria.” (Aluno de 10º ano da ESAG, 2022). Uma minoria de estudantes alegou preferir a avaliação por semestres, pois já estava habituada a esse tipo de avaliação.

É notório que mais de metade dos alunos preferiram a organização do ano escolar por períodos, pois tinha mais vantagens no que respeita à avaliação, uma vez que com 3 períodos tinham mais chance de evolução e o estudo não se torna tão pesado. Alguns alunos mencionaram também que na avaliação por períodos tinham mais tempo seguido de férias e assim conseguiam descansar mais. Um outro motivo para preferirem a avaliação por períodos, é o facto de acharem que a matéria ficava mais bem dividida e que não era lecionada com tanta pressa. Segundo uma estudante: “O primeiro período/semestre serve sempre como um extra nos novos anos letivos, pois temos sempre matéria nova e acho que é onde há mais mudança. Assim, se não correr tão bem nesse primeiro porque ainda não nos habituamos, temos o segundo (onde já deveríamos subir as notas), e no terceiro para se ainda conseguirmos melhorar, podemos subir a nota mais um pouquinho. E já que temos quase o mesmo tempo de aulas sendo semestre ou período, acho que períodos são mais favoráveis.” (Aluna de 10º ano da ESAG, 2022).

No que diz respeito às vantagens e às desvantagens da avaliação por semestres, as respostas dos alunos foram ao encontro das dadas à pergunta anterior. Muitos consideraram como vantagens no calendário semestral o facto de terem menos testes e mais pausas letivas, tendo assim mais tempo para estudar e repousar. Os alunos lembraram que neste regime semestral há uma maior responsabilidade e autonomia. Sendo que as Universidades adotam o calendário semestral, os alunos referiram que uma das vantagens deste regime eram as semelhanças com o sistema de avaliação do Ensino Superior.

Nas desvantagens da semestralidade, os alunos mencionaram que a diminuição do número seguido de dias de férias e o facto de terem mais dias de aulas seguidos, originava mais cansaço. Como comentámos, uma das grandes desvantagens deste regime é existirem apenas dois momentos de avaliação sumativa, face ao qual os alunos pensarem que talvez o melhor seria continuarem a estar presentes três momentos de avaliação para conseguirem melhorar as classificações.

Vantagens da semestralidade	Desvantagens da semestralidade
Não há vantagens Menos testes por disciplina e bem intercalados entre si Mais pausas letivas Mais tempo de descanso Semelhanças com a organização da avaliação do ensino superior Maior responsabilidade e autonomia Aprendizagem contínua	Não há desvantagens Dois momentos de avaliação sumativa Momentos de avaliação muito desfasados entre si Estudo massacrante Pausas letivas curtas Muitos dias de aulas seguidos

Tabela 2 Síntese das opiniões dos alunos de 10º ano sobre as vantagens e desvantagens da avaliação por semestres

Em resposta à pergunta “Quais foram as principais diferenças que notaste na transição da avaliação por períodos para semestres?”, alguns alunos referiram que houve um aumento do tempo dedicado ao estudo, maior responsabilidade e maior esforço, uma vez que tinham apenas “duas oportunidades” para melhorar os seus resultados.

Também alguns estudantes mencionaram que tinham mais tempo livre e mais tempo para estudar, apesar de terem notado que existia mais matéria para estudar para os testes. Outras diferenças apontadas foram: a organização das pausas letivas, um maior número de aulas seguidas e as avaliações intercalares. Contudo, na transição dos dois modos de avaliação, alguns alunos sentiram um maior cansaço e dificuldade em gerir o seu tempo de estudo fazendo com que as classificações piorassem.

Quando perguntado aos alunos se esta mudança afetou o seu desempenho na disciplina de Geografia, 28 alunos responderam que “não” e 15 alunos responderam que “sim”. Quem respondeu “sim” sublinhou que esta mudança afetou negativamente os seus resultados, pois só existiam dois momentos de avaliação sumativa e já não podiam contar com o 3º período para tentar recuperar. Outros alunos referiram que os testes de avaliação continham mais matéria, o que os tornou mais difíceis e exigia

maior esforço. Apenas uma pequena minoria afirmou que esta mudança afetou positivamente o seu desempenho, já que tinham mais tempo para estudar. Existindo apenas dois semestres, os alunos acabavam por ficar mais atentos em sala de aula para conseguirem obter bons resultados.

No que diz respeito às pausas letivas, 26 alunos preferiram-nas durante a avaliação por períodos e 17 alunos preferiram que estas ocorressem durante a avaliação por semestres. Os primeiros justificaram as suas respostas dizendo que tinham mais pausas letivas e mais tempo seguido de férias. “As pausas letivas da avaliação por períodos são maiores e isso dá-nos mais tempo para nós podermos não só estudar, mas também passar tempo com a nossa família e amigos” (Aluno de 10º ano da ESAG, 2022). Quem preferiu a avaliação por semestres referiu que tinha mais tempo de férias, que havia melhores *timings* em termos de datas, e que existiam mais pausas letivas para poder descansar com maior frequência.

Com as respostas a este questionário concluiu-se que a grande maioria dos alunos do 10ºX e do 10ºY preferiram a avaliação por períodos. Por um lado, o facto de não terem tido um 3º período para tentarem melhorar os resultados deixou-os mais nervosos e preocupados. Por outro, penso que alguns alunos ainda não têm uma opinião fundamentada sobre esta mudança e que ainda não conhecem as verdadeiras diferenças entre a avaliação por períodos e por semestres.

3.2. Questionário aos alunos de 11º ano

Como deixámos dito, o questionário aos alunos do 11º ano foi aplicado no 2º semestre, em abril de 2022, e neste participaram 26 alunos. Este tinha como principal objetivo saber a opinião dos alunos acerca do calendário semestral e se foi uma mais-valia terem pertencido às “turmas piloto”.

Na resposta à primeira pergunta podemos observar que 14 alunos optaram a avaliação por semestres e que 12 alunos escolheram a avaliação por períodos. Quando foi pedido para justificarem a sua resposta, os primeiros mencionaram que com a semestralidade havia uma melhor gestão de tempo e assim conseguiam ter uma maior possibilidade para descansar e estudar, conseguindo um melhor aproveitamento em

cada disciplina. Referiram, também, que havia menos testes de avaliação e maior espaçamento entre eles, o que fazia com que não ficassem tão sobrecarregados. Um aspeto importante para os alunos eram as semelhanças deste novo calendário escolar com o do Ensino Superior.

Os estudantes que preferiram a avaliação por períodos justificaram-se afirmando que, por um lado, existindo um 3º período, havia uma maior facilidade de melhorar os seus resultados; por outro, conseguiam ter uma melhor perceção da sua média, descansar mais e organizar melhor o seu estudo. Um estudante afirmou “Desde que começaram os semestres, sinto que a sobrecarga para além de horária, como a nível de testes, e trabalhos, em comparação quando tínhamos períodos é bastante maior. Acredito que para o Ensino Básico, a semestralidade seja melhor, uma vez que a nível de disciplinas são menos.” (Aluno de 11º ano da ESAG, 2022).

Como se pode observar na tabela 3, muitos alunos indicaram como vantagens da avaliação semestral o facto de ter existido mais pausas letivas, ajudando-os a gerir o seu estudo e assim conseguiam descansar mais frequentemente. O menor número de testes e de avaliações orais também os ajudou a obterem um melhor aproveitamento em sala de aula. Relativamente às desvantagens, os alunos consideraram que tendo menos momentos de avaliação sumativa, maior carga horária em certas disciplinas e paragens letivas em que tinham de estudar frequentemente, prejudicou o seu desempenho em sala de aula e o seu bem-estar. Desta forma, tinham mais dificuldade em gerir o seu tempo de estudo e de descanso, contribuindo para terem uma maior subcarga.

Vantagens da semestralidade	Desvantagens da semestralidade
Não há vantagens	Não há desvantagens
Maior número de pausas letivas	Maior tempo de aulas seguido
Maior disponibilidade para o estudo	Maior carga horária das disciplinas
Melhor avaliação formativa	Menos dias seguidos de férias

Menos avaliações orais	Menos momentos de avaliação sumativa
“O tempo passa mais rápido”	
Melhor organização nas avaliações	Dificuldade em gerir o tempo de estudo e de descanso
Menor quantidade de testes de avaliação	Organização confusa do calendário escolar
Melhor gestão de tempo	Há paragens letivas em que não conseguem descansar, pois têm momentos de avaliação logo a seguir
Aproximação ao ensino superior	
Melhor aproveitamento	Pior distribuição e diminuição dos testes de avaliação
Maior espaçamento entre as avaliações	Demasiada subcarga

Tabela 3 Síntese das opiniões dos alunos de 11º ano sobre as vantagens e desvantagens da avaliação por semestres

Em relação à seguinte questão: “Quais foram as principais diferenças que notaste na transição da avaliação por períodos para semestres?”, as respostas dos alunos foram ao encontro das anteriores. As três principais diferenças percecionadas foram: o número de testes de avaliação, a avaliação sumativa e as pausas letivas. Alguns alunos também indicaram que sentiram algumas diferenças na gestão do seu estudo e *stress* devido ao aumento da carga horária das disciplinas e ao facto dos testes serem próximos uns dos outros.

Uma das perguntas mais importantes deste questionário era saber a opinião dos alunos sobre terem pertencido às “turmas piloto” e se isso foi ou não uma mais-valia para eles. Mais de metade dos estudantes afirmou que, por um lado, foi uma grande vantagem para o seu percurso escolar, uma vez que sentiram maior apoio por parte dos professores, o que provocou um maior empenho nos alunos; por outro, realizaram vários projetos que os levaram a estudar mais e a ter uma maior autonomia e responsabilidade. Segundo um dos alunos, esse projeto beneficiou-os “em certas atividades que turmas “normais” não conseguiram beneficiar” (Aluno de 11º ano da ESAG, 2022).

Terem tido disciplinas semestrais foi uma mais-valia, pois tinham mais tempo para estudar, para se focarem em certas matérias e para não ficarem tão sobrecarregados com testes, ajudando a melhorar os resultados. Outro aspeto muito importante para os alunos que pertenceram a estas “turmas piloto” foi terem tido a oportunidade de se adaptarem ao regime semestral tão cedo. Os estudantes que acharam negativo terem participado nas “turmas piloto” não justificaram a sua resposta. Apenas um deles respondeu que “nas disciplinas em que havia semestres senti que me ia esquecendo ao longo do ano, pois tinha metade e na outra metade nem se ouvia falar dessa disciplina” (Aluno de 11º ano da ESAG, 2022).

Relativamente às pausas letivas, 17 alunos (65%) preferiram que ocorressem no quadro da avaliação por períodos e 9 alunos (35%) preferiram que se repartissem no âmbito da avaliação por semestres.

Estas respostas podem ser justificadas pelo facto de os estudantes optarem por terem pausas letivas com mais dias seguidos, conseguindo aproveitar melhor as férias. Finalmente, 20 alunos (77%) responderam que estas alterações no calendário escolar não tiveram nenhum impacto na sua organização familiar e apenas 6 alunos (23%) responderam que, de facto, esta transição teve alguma repercussão na organização das férias em família.

Os alunos justificaram as respostas afirmando que tendo a avaliação por semestres, torna-se impossível viajar durante a época natalícia e na Semana Santa, pois tinham poucos dias de férias e estas não coincidiam com as férias dos familiares. Desta forma, passaram a entrar de férias mais tarde que a família e os encontros familiares tiveram de ser planeados de outra forma.

Os principais objetivos deste questionário foram concluídos. A grande maioria dos alunos do 11º ano preferiram a avaliação por semestres, sendo que este novo regime trouxe grandes vantagens, nomeadamente na melhoria do desempenho e dos resultados escolares. O facto dos inquiridos terem pertencido às “turmas piloto” pode ter influenciado os resultados que as respostas transmitem, uma vez que mais de

metade dos alunos considerou uma mais valia ter pertencido a esse projeto, visto que se foram habituando ao regime semestral.

Apesar de grande parte dos alunos ter escolhido a avaliação por semestres, as opiniões já são opostas no que toca às pausas letivas, pois vários referiram que estas eram uma das desvantagens da avaliação semestral. Como todas as mudanças, esta transição de calendário escolar acarretou várias desvantagens e vantagens e também uma difícil adaptação por parte dos alunos.

3.3. Questionário aos professores

Os professores foram elementos decisivos do contexto educativo para a realização deste estudo. Foi fundamental questioná-los acerca desta marcante mudança de avaliação.

Dos 19 professores que participaram na análise, 3 lecionaram pela 1ª vez em regime semestral e os restantes professores (16) já tinham lecionado, pelo menos uma vez, neste novo regime. Estes resultados advêm do facto da maioria dos professores trabalharem na ESAG desde que foi implementado o regime semestral. É importante também avaliar a opinião dos professores entre estes dois tipos de avaliação, sendo que 9 professores preferiram a avaliação por semestres, 6 preferiram a avaliação por períodos e 4 não tinham preferência.

Os primeiros concluíram que, neste regime, como há menos momentos de avaliação sumativa e menos reuniões intercalares, conseguiam ter mais tempo para organizar o seu trabalho e todo o processo de avaliação dos alunos. Salientaram ainda que este novo regime permitiu aos alunos uma melhor gestão entre os tempos de trabalho e de descanso, o que pôde, eventualmente, ter-se traduzido em melhores resultados escolares. A divisão mais equitativa do ano letivo e o facto dos docentes conseguirem gerir de uma forma mais eficaz o currículo, foram outros motivos da escolha pela avaliação semestral, por parte dos professores.

Em relação à avaliação por períodos, os docentes mencionaram que a avaliação por períodos permitia maior *feedback* para os alunos e encarregados de educação, revelando-se uma avaliação mais consistente e com maior possibilidade de

recuperação da classificação dos alunos. Finalmente, para os 4 professores que não tinham preferência entre os dois regimes, não houve diferenças significativas, pois adaptaram-se ao processo em vigor.

Em relação às vantagens da avaliação semestral, os professores mencionaram que a autonomia das escolas para gerir o calendário escolar permitiu desassociar os momentos de avaliação ao calendário religioso. Esta situação acabou por ser favorável quer para os professores, quer para os alunos, uma vez que passaram a existir apenas dois momentos de avaliação sumativa, contribuindo para um ano letivo com pausas mais frequentes, o que poderia ser benéfico para o sucesso da aprendizagem dos estudantes.

Entre as desvantagens da semestralidade, os docentes realçaram que havendo um maior número de reportes de avaliação, havia uma maior carga de trabalho para os professores e, conseqüentemente, um maior cansaço. Para certos docentes, “as disciplinas semestrais também são uma desvantagem, pois só temos contacto com os alunos durante um semestre e nas disciplinas semestrais o programa a lecionar é o mesmo, apesar de os alunos terem mais horas por semana para essas disciplinas.” (Professor da ESAG, 2022). O certo é que os discentes tiveram de apreender conceitos e conteúdos, por vezes complexos, em muito menos tempo do que se os mesmos fossem lecionados ao longo do ano letivo. Outra crítica a este regime semestral é o facto de “ele servir, maioritariamente, para efeitos de avaliação e de não existir, verdadeiramente, uma maior autonomia das escolas.” (Professora da ESAG, 2022).

Para os docentes da ESAG, “o Ministério da Educação tem um conceito de autonomia diferente, já que dá às escolas a liberdade de inovar e fazer coisas diferentes, mas apenas como o poder central quer. Por outras palavras, o ME não dá aos estabelecimentos de ensino público uma autonomia efetiva, que lhes permita pensar pela sua própria cabeça e fazer o que realmente interessa, mobilizando a comunidade educativa em que eles se inserem.” (Professora da ESAG, 2022).

Vantagens da semestralidade	Desvantagens da semestralidade
-----------------------------	--------------------------------

Não há vantagens	Não há desvantagens
Gestão do calendário escolar	Maior número de reportes, avaliações qualitativas e sínteses descritivas
Divisão equitativa do ano letivo	Avaliação menos concisa
Mais tempo para avaliar os alunos	Maior carga de trabalho para os professores
Instrumentos de avaliação mais diversificados	Dois momentos formais de avaliação
Mais tempo para organizar o trabalho	Marcação de testes logo após as interrupções letivas
Melhorias na avaliação formativa	Disciplinas semestrais
Dois grandes momentos formais de avaliação	Atraso no cumprimento do programa de cada disciplina
Menor número de reuniões intercalares	Não existir verdadeiramente uma maior autonomia das escolas
Maior número de pausas letivas	Maior cansaço

Tabela 4 Síntese das opiniões dos professores sobre as vantagens e desvantagens da avaliação por semestres

Quando perguntado aos professores se sentiam que esta mudança de avaliação melhorou a qualidade do ensino, a grande maioria (14) respondeu que “não” e apenas 5 professores responderam positivamente. Estes resultados podem justificar-se pelo facto de 16 professores (84%) não terem alterado o seu método de ensino devido à mudança do calendário escolar.

Os 3 professores que mudaram o seu método de ensino mencionaram que, como eram realizados menos testes de avaliação, eram avaliados mais conteúdos em cada um deles, levando a que fossem precisas mais revisões antes da realização de cada teste. Com o regime semestral “perdem-se muitas aulas e as pausas de descanso para os professores diminuíram, provocando que o cansaço se reflita em aulas mais expositivas, devido à falta de tempo e à diminuição da produtividade e motivação.”

(Professora da ESAG, 2022). Outros aspetos de ensino alterados foram as planificações e os métodos e critérios de avaliação. Apesar desta transição de avaliações não ter modificado o método de ensino dos restantes professores, alguns mencionaram que tiveram a possibilidade de implementar atividades diferenciadas que proporcionaram um melhor *feedback* no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Uma professora deixou uma nota importante: “Tento sempre atualizar-me e adotar estratégias variadas e o mais apelativas possível para criar nos meus alunos o gosto por aprender, o que nem sempre é tarefa fácil! Mas isto não advém necessariamente do facto de a nossa escola estar a trabalhar com a semestralidade: faz parte da nossa função enquanto docentes. Pois, tal como disse um dia Einstein “A tarefa essencial de um professor é criar as condições para os alunos aprenderem e despertar neles a alegria de trabalhar e de conhecer.” (Professora da ESAG, 2022).

Importa também conhecer quais foram as mudanças que ocorreram em cada ciclo. Assim, foi questionado aos docentes quais as alterações mais significativas no Ensino Básico. É de recordar que esta pergunta envolveu apenas os docentes de 8 disciplinas, pois as restantes não são lecionadas no Ensino Básico.

Num primeiro momento, alguns inquiridos referiram que não ocorreram grandes alterações, que não possuíam informações suficientes para emitirem uma opinião e que ainda não tinham lecionado o Ensino Básico em regime de semestralidade.

Em relação à disciplina de Inglês, e apesar de não ter funcionado em regime semestral, uma professora salientou como aspeto positivo, o desdobramento das línguas estrangeiras no Ensino Básico, visto que foi uma mais-valia para promover um ensino mais individualizado e também para explorar de forma mais eficaz a competência de *speaking* em sala de aula.

Numa época em que a História é fundamental, o número de aulas da disciplina diminuiu. Por sua vez, havia menos tempos letivos para as aprendizagens essenciais, sobretudo no 9º ano de escolaridade, que eram compensadas pelas DAC.

Em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) houve um alargamento da disciplina para os 7º, 8º e 9º anos e os docentes salientaram que os alunos tinham

cada vez mais aptidões para esta área. Na Língua Estrangeira - Francês, aumentou a possibilidade de avaliar melhor e com maior frequência os diferentes domínios (compreensão, produção e interação), enquanto em Física e Química, a alteração mais significativa ocorreu na carga letiva semanal, porque além da avaliação, a disciplina também passou a ser semestral. No ensino da Matemática, a divisão do ano letivo em dois semestres permitiu aos professores espaçar a avaliação sumativa e ainda fazer uma melhor gestão do currículo, de acordo com as necessidades dos alunos, proporcionando a possibilidade de utilizar uma maior diversidade de instrumentos de avaliação. Na disciplina de Educação Física, a maior alteração implicou a divisão das matérias na avaliação, pois a abordagem de três modalidades, uma por período, não ficou facilitada no regime semestral.

É importante também analisar as diferenças mais significativas que a transição de avaliação provocou no Ensino Secundário. Certas respostas recebidas vão ao encontro das anteriores, já que alguns professores mencionaram as mesmas alterações que se sucederam no Ensino Básico, ou não verificaram quaisquer alterações ou ainda não possuíam informação suficiente para responder a esta questão. As disciplinas de TIC e Francês só eram lecionadas no Ensino Profissional, daí não estarem sujeitas a grandes alterações. Em Biologia e Geologia, o que realmente mudou foi a redução da quantidade de avaliações quantitativas finais, passando de três (na organização em trimestres) para duas (na organização em semestres).

Na disciplina de História, os docentes possuíam mais tempo para diversificarem as estratégias de ensino e preparem melhor os alunos para o exame nacional do 12º ano. Em Português, o professor mencionou que com estas alterações já não estava tão preocupado com as questões de classificação e avaliação. Na disciplina de Filosofia existiam demasiados momentos de avaliação e menos tempo para lecionar os conteúdos programáticos, enquanto em Espanhol, a única diferença foi a realização de menos provas escritas, passando de 6 para 4.

Com as respostas a este questionário conseguiu-se concluir que o *feedback* dos professores perante a mudança de calendário foi positivo, embora alguns docentes ainda não tivessem uma opinião fundamentada acerca do regime semestral. O

Decreto-Lei 55/2018, que autorizava a que as escolas disponibilizassem disciplinas semestrais, pretendia melhorar a qualidade do ensino, mas para a grande maioria dos professores da ESAG não ocorreram melhorias, aliás, continuou tudo igual ou até, para alguns, como sempre acontece, as alterações trouxeram ainda mais problemas.

Mas esta importante modificação no calendário escolar é, sem dúvida, benéfica para o ensino uma vez que o professor consegue fazer uma melhor gestão do currículo e adaptar essa gestão às necessidades dos alunos. Assim, estarão reunidas condições para existir uma maior diversificação de práticas metodológicas para motivar os estudantes.

3.4. Questionário aos professores de Geografia

A importância em analisar as respostas dos professores de Geografia separadamente das dos docentes dos restantes grupos disciplinares, prendeu-se pelo facto deste estudo contemplar, em particular, as alterações que o novo calendário escolar provocou no ensino da Geografia.

Dos 6 professores de Geografia que participaram neste estudo, 4 já lecionaram, pelo menos uma vez, no quadro do regime semestral, enquanto 2 docentes nunca tinham lecionado nas mesmas circunstâncias. Como anteriormente, estes 4 professores já frequentavam a ESAG, pelo menos, desde o ano letivo 2020/2021, quando foi implementada a avaliação por semestres. Quando perguntado que tipo de avaliação preferiam, 1 professora mencionou que não tinha preferência, uma vez que ainda não tinha uma opinião fundamentada, 1 professor preferiu a avaliação por períodos e os restantes docentes (4) escolheram a avaliação por semestres.

O docente que optou pela avaliação por períodos, sendo a primeira vez que realizava avaliação semestral, considerou que os momentos de avaliação não eram equilibrados com a periodicidade das aulas de Geografia. Os professores que escolheram o regime por semestres referiram que dispõem de “mais tempo para o desenvolvimento de diferentes dinâmicas e que este tipo de avaliação permite um acompanhamento mais personalizado e múltiplos instrumentos de avaliação, que não apenas os testes.”

(Professor de Geografia da ESAG, 2022).

Dois aspetos que gostaríamos de reter neste novo calendário: por um lado, ajudou os professores a conhecer melhor os alunos, uma vez que a frequência semanal se ampliou e os reportes intercalares permitiram uma maior reflexão, tanto para os docentes como para os discentes; por outro, é não estar dependente de festas religiosas, mas sim de dois momentos com igual duração, pois há muitos anos que os docentes solicitavam que o calendário das escolas não estivesse dependente do calendário religioso.

Como podemos observar na tabela 5, as vantagens da semestralidade referidas pelos professores ultrapassaram as desvantagens. Como o período de aprendizagem era maior, uma vez que as pausas letivas eram de menor duração, os docentes consideraram isso uma vantagem, pois permitiu conhecer melhor os discentes e as suas dificuldades e assegurar o sucesso na disciplina de Geografia. Para além do mais, este novo calendário possibilitou um maior descanso tanto para os professores como para os alunos, reduzindo a pressão nos alunos durante as épocas de avaliação.

Em relação às desvantagens, o principal fator mencionado foi o de os docentes não terem sentido grandes modificações nesta transição, “e se estas não existem, não vale a pena alterar a organização para semestres.” (Professora de Geografia da ESAG, 2022). Como as aulas estavam mais compactadas, perder um dia da semana, por exemplo, para um feriado, uma falta do professor ou uma atividade escolar, significava um “roubo” significativo no cumprimento do programa e na paridade da matéria com outras turmas.

Vantagens da semestralidade	Desvantagens da semestralidade
Permite conhecer melhor os alunos Melhor <i>feedback</i> sobre a evolução dos alunos Maior carga horária semanal Maior flexibilidade na gestão do tempo	Não há desvantagens Dificuldade dos docentes se adaptarem à nova organização do ano letivo Demasiada compactação de conteúdos para alunos do 3º ciclo

Calendário escolar mais aproximado ao calendário do ensino superior	Dificuldade dos alunos do 3º ciclo em gerir informação mais compactada
Extensão do período de aprendizagem	Maior pressão para cumprir o programa
Maior número de instrumentos de avaliação	
Maior número de pausas letivas	
Maiores períodos de descanso	
Permite ao professor ter mais tempo para observar o progresso dos discentes	
Reduz a pressão dos alunos sobre as classificações	
Conduz a um maior enfoque nas avaliações do tipo formativo	

Tabela 5 Síntese das opiniões dos professores de Geografia sobre as vantagens e desvantagens da avaliação por semestres

Quando perguntado se a qualidade do ensino melhorou com esta mudança, 4 docentes responderam que “sim” e 2 docentes responderam que “não”, o que num universo de 6 elementos, com as características enunciadas, não foi muito conclusivo.

Relativamente às alterações mais significativas no Ensino Básico, os professores mencionaram que, “tendo por base a experiência do ano letivo 2021/2022, as aulas foram, na sua grande maioria, teóricas e pouco práticas, deixando o “saber-fazer” de parte, por falta de tempo.” (Professora de Geografia da ESAG, 2022). A alternância semestral nas disciplinas de História e Geografia também foi uma grande mudança, o que proporcionou uma redução de turmas por professor. Esta organização do ano letivo obrigou a um maior esforço de síntese e a uma maior carga semanal das disciplinas.

Já no Ensino Secundário, as alterações foram menores, pois alguns professores mencionaram que não sentiram diferenças nesta transição entre avaliações. Contudo,

constatarem que há uma menor pressão na conclusão das aprendizagens essenciais e que a gestão dos conteúdos se tornou mais globalizante, dado que existiram menos interrupções. A alteração do tipo de avaliação, sendo esta mais formativa, acarretou uma mudança na aprendizagem dos alunos e os reportes semestrais e a metodologia de avaliação sofreram também alterações.

Quanto aos métodos de ensino, metade dos docentes mencionou que, de facto, procedeu a algumas modificações em relação ao anteriormente organizado e aplicado.

Dado que as aprendizagens essenciais de 9º ano se alteraram e tinham apenas 150 minutos semanais, um dos professores sentiu a necessidade de reestruturar a sua prática letiva de forma a poder comprimir as metas definidas. Como os testes deixaram de ser os únicos instrumentos de avaliação, os docentes englobaram outros métodos, como por exemplo, trabalhos de investigação e relatórios. Os inquiridos afirmaram que no Ensino Básico não recorreram a trabalhos de grupo de forma tão sistemática, já que tentaram o cumprimento estrito do programa, sem explorar tantos casos concretos, curiosidades e até correlações que são tão importantes para o ensino da Geografia. Também um docente confessou que se sentia “mais burocratizado e automatizado na gestão do programa, sem tempo para associações, pormenores e até elementos às vezes aleatórios que são importantes numa disciplina que se define por estar na charneira das ciências sociais e humanas.” (Professor de Geografia da ESAG, 2022). Será que todas estas mudanças foram benéficas para o ensino da Geografia?

Segundo 3 dos professores todas estas alterações tiveram um impacto positivo, mas existem algumas desvantagens. Os docentes de Geografia da ESAG estavam motivados com este novo calendário e esperavam que no futuro e com a melhoria da situação pandémica, os impactos da semestralidade trouxessem mais vantagens, tanto para os docentes como para os discentes. Comparado o grupo de Geografia com os restantes grupos disciplinares, foi perceptível que o primeiro estava de braços abertos para esta mudança, talvez pelo facto de o ensino da Geografia ter prosperado, juntamente com os progressos dos alunos em sala de aula.

3.5. Questionário aos Encarregados de Educação

Com a opinião dos alunos do 10º ano recolhida, foi importante saber o que os seus encarregados de educação consideravam acerca da mudança da avaliação por períodos para semestres. Recordando o 2º questionário aplicado às duas turmas de 10º ano, preparámos um novo, correspondente aos 9 encarregados de educação que responderam a este questionário, 5 preferiram a avaliação por semestres e 4 optaram pela avaliação por períodos.

Os primeiros salientaram que neste novo regime os seus educandos conseguem gerir melhor o tempo de trabalho e de descanso, ajudando a aumentar a sua motivação. Referiram também que o novo calendário escolar permitiu que os professores lecionassem os conteúdos de forma mais eficaz, o que beneficiou os alunos que tinham mais tempo para se preparem para os testes de avaliação, existindo menos “pressão”.

Os encarregados de educação que preferiram a avaliação por períodos salientaram que desde a implementação do regime semestral, os seus educandos mostraram um maior cansaço e ansiedade devido aos testes de avaliação, uma vez que ficavam mais preocupados em terem bons resultados, já que o número de avaliações diminuiu. O aumento da carga horária semanal de algumas disciplinas e a “pressa” que alguns professores tinham em lecionar a matéria, foi crucial para que estes encarregados de educação tenham escolhido a avaliação por períodos. Finalmente, consideraram que os alunos, bem como a “família”, tinham melhor noção dos seus progressos escolares, o que não acontecia na avaliação semestral.

Em relação às vantagens da avaliação por semestres (tabela 6), os encarregados de educação indicaram que os seus educandos tiveram um menor número de testes de avaliação e mais tempo para conseguirem estudar. Mencionaram ainda que este novo calendário escolar era mais organizado, permitindo que os professores lecionassem a matéria com maior fluência. Apesar do número de desvantagens ser inferior às vantagens indicadas, os encarregados de educação salientaram que o menor número

de testes de avaliação e de avaliações formativas prejudicavam o desempenho e resultados dos seus educandos.

Vantagens da semestralidade	Desvantagens da semestralidade
Não há vantagens Maior responsabilidade nos alunos Menor número de testes de avaliação Mais tempo de estudo Autonomia para a gestão do horário escolar Reduz a pressão aos alunos Calendário escolar mais organizado Menor número de quebras na fluidez de ensino	Menor número de testes de avaliação Acumulação da matéria Métodos de avaliação muito compartimentados Menor número de avaliações formativas

Tabela 6 Síntese das opiniões dos encarregados de educação sobre as vantagens e desvantagens da avaliação por semestres

Relativamente às pausas letivas, as preferências dos encarregados de educação foram ao encontro das respostas à 1ª pergunta deste questionário, já que 5 dos inquiridos preferiram a avaliação semestral durante as pausas letivas dos seus educandos e 4 preferiram a avaliação por períodos.

Na sequência da pergunta anterior, a grande maioria dos encarregados de educação (7) mencionou que a mudança para este novo regime semestral não afetou na sua organização familiar, enquanto 2 afirmaram que, de facto, esta transição afetou nas suas férias em família, já que os pais, em algumas ocasiões não conseguiram fazer férias ao mesmo tempo que o seu educando, devido a esta nova calendarização. Também quando os alunos da ESAG têm irmãos noutras escolas em que a avaliação é realizada por períodos, torna-se ainda complicado gerir as férias em família.

É importante destacar o relato de uma encarregada de educação: “Desde que a minha educanda tem avaliações por semestre noto um maior cansaço e mais ansiedade para os testes. O facto de ter aulas de 3 horas fez com que grande parte da matéria não tenha sido "absorvida" devido à desestabilização da turma, deixam de conseguir estar concentrados. O facto de ter apenas 2 testes ou 3, faz com que se preocupe muito mais porque são menos testes para variações de notas. Pela experiência que tenho com ela, o cansaço no fim dos semestres é muito grande, isso aliado à não confiança na aprendizagem prejudica bastante. Têm de dar a matéria num espaço de tempo mais curto, independentemente do número de horas que no fim não se concretizam, como já referi pelo tempo passado com o mesmo professor e matéria.” (Encarregada de educação de uma aluna de 10º ano da ESAG, 2022).

Embora alguns encarregados de educação tivessem optado pelo antigo calendário escolar, pois tinham mais facilidade em acompanhar os progressos dos seus educandos, a maioria aderiu a este regime semestral de uma forma positiva e estiveram disponíveis para outras iniciativas, desde que não prejudicassem o empenho e sucesso dos seus educandos.

3.6. Opinião dos funcionários

Com a opinião de todos os elementos do contexto escolar recolhida, tornou-se fundamental analisar também a opinião dos funcionários da ESAG. Como ficou dito, o método de recolha desta informação foi diferente, visto que aconteceu através de pequenas conversas informais.

Assim, 4 dos 12 funcionários que participaram neste estudo preferiram a avaliação por períodos, 3 preferiram a avaliação por semestres e 5 ainda não tinham opinião formada.

Os primeiros mencionaram que o ano letivo neste regime ficava bem dividido e que os alunos tinham uma maior margem de progressão. Outro motivo desta escolha foi o facto de no regime semestral ser difícil gerir os horários devido à troca de disciplinas em cada semestre. Por exemplo: no 1º semestre a turma do 8ºX estava a ter Geografia e era acompanhada por uma funcionária que ia criando uma relação de amizade,

confiança e respeito com esse grupo de alunos, mas quando chega o 2º semestre, o 8ºX passa a ter História. Essa relação fica perdida e tem de se recomençar todo o processo com outra turma. O mesmo irá acontecer com a colega que estará noutra piso a receber o 8ºX, uma vez que mudando as disciplinas mudam as salas de aula. Os funcionários também salientaram que, por semestres, o trabalho era mais demorado e cansativo, pois tinham menos tempo para se organizarem e assim não conseguiam gerir tão bem os trabalhos de limpeza na escola.

Os 3 funcionários que escolheram a avaliação semestral basearam-se apenas nos alunos e não no seu trabalho, pois para eles, esta nova transição não lhes causou nenhum transtorno. Para estes funcionários a avaliação semestral foi uma ideia inovadora que aproximou os alunos ao calendário do Ensino Superior e as pausas letivas foram benéficas para os estudantes.

Alguns funcionários ainda não tinham opinião porque, por um lado, não notaram qualquer diferença nesta transição de calendário, e por outro lado, ainda não se tinham ambientado a este novo regime devido à pandemia, já que no ano letivo em que foi implementada a semestralidade na ESAG (2020/2021), os alunos estavam a ter aulas *online*. Só no ano 2021/2022 é que o ensino voltou a ser totalmente presencial.

Podemos ver que esta mudança de avaliação não teve grande impacto no trabalho dos funcionários. Talvez no ano letivo de 2022/2023 estes consigam avaliar com maior conhecimento sobre a sua preferência entre os dois modos de avaliação sumativa.

Conclusão

O nosso trabalho teve como principal objetivo avaliar se a mudança da estrutura do calendário escolar - de uma organização em períodos escolares para uma organização por semestres - afetou a prática de ensino, especialmente na disciplina de Geografia. Em primeiro lugar, foi necessário compreender a evolução das políticas educativas em Portugal na tentativa de melhorar o ensino e o sucesso dos alunos e, consequentemente, reconstituir como ocorreu a implementação do regime semestral nas escolas. Através da análise dos questionários realizados junto dos docentes, discentes, encarregados de educação e funcionários, foi possível reter as opiniões dos participantes neste estudo acerca da transição da avaliação por períodos para semestres. Chegados ao fim deste relatório podemos afirmar que todos os objetivos supramencionados foram atingidos.

A recolha de todas as informações e resultados foi positiva, mas existiram alguns entraves relacionados com as respostas aos questionários. O regime semestral foi implementado na ESAG no ano letivo de 2020/2021, enquanto o ensino era ministrado *online* devido à pandemia. Isto originou que, tanto alunos como funcionários, não tivessem as suas opiniões fundamentadas acerca deste novo calendário, já que foi no presente ano letivo (2021/2022) que experienciaram a semestralidade em regime totalmente presencial. O facto da avaliação por semestres não ser implementada em todas as escolas, provocou que alguns professores também não explanassem, com total conhecimento de causa, a sua opinião sobre este tipo de avaliação, pois apenas em 2021/2022 lecionaram em regime semestral.

Apesar destes contratempos, foi possível registar a opinião de todos os envolvidos neste processo. Em relação aos alunos, as duas turmas de 10º ano destacaram a sua preferência pela avaliação por períodos, uma vez que, na sua opinião, o 3º período é crucial para obterem bons resultados e conseguirem um melhor *feedback* acerca dos seus progressos. Os alunos de 11º ano preferiram a avaliação por semestres, mas quando se relacionou o problema com as pausas letivas disseram preferir a avaliação por períodos, já que o número de dias seguidos de aulas tornava-se “massacrante” e

tinham dificuldade em gerir o tempo de estudo e o de descanso. Mas apesar de preferirem a avaliação por semestres, os alunos de 11º ano referiram mais desvantagens sobre este tipo de avaliação do que os alunos de 10º ano. Esta divergência de posições pode estar relacionada com o facto dos primeiros terem pertencido às turmas piloto e já possuírem uma opinião bem fundamentada acerca do regime semestral, enquanto a grande maioria dos segundos, teve pela 1ª vez avaliações por semestres na ESAG, no ano letivo de 2020/2021.

No que diz respeito aos encarregados de educação foi possível observar que a sua preferência entre os dois tipos de avaliação estava mais direccionada para a avaliação por semestres, contudo, salientaram que, neste último tipo, tinham alguma dificuldade em entender os progressos dos seus educandos. Além do mais, o menor número de testes e de momentos de avaliação sumativa prejudicavam os alunos.

A maior parte dos funcionários não tinha uma opinião fundamentada acerca do regime semestral, no entanto, optaram pela avaliação por períodos, já que estavam mais acostumados a esse regime.

Comparando as opiniões dos professores das várias disciplinas e as opiniões dos professores de Geografia, encontrámos algumas semelhanças. A maior parte dos professores já tinha lecionado em regime semestral e preferiram a avaliação por semestres, contudo existiram alguns “problemas” neste novo regime. Para os professores da ESAG, a semestralidade trouxe consigo uma maior carga de trabalho e, consequentemente, um maior cansaço. Alguns professores consideraram as disciplinas semestrais desvantajosas como também o facto de existirem apenas dois momentos de avaliação. Os professores de Geografia referiram que com a semestralidade houve uma maior pressão para cumprir o programa e demasiados conteúdos para os alunos de 3º ciclo.

Em geral, os professores dos vários grupos disciplinares consideraram que a troca do tipo de avaliação não melhorou a qualidade do ensino e, assim, não alteraram em nada de significativo o seu método de ensino. Com os professores de Geografia foi o oposto. A maioria considerou que esta mudança melhorou a qualidade do ensino e

metade deles alterou o seu método de ensino. Através desta comparação podemos observar que os professores de Geografia lidaram melhor com a mudança de avaliação e que vêem neste tipo de avaliação um bom futuro para os alunos.

Por fim e respondendo à questão: “Será que esta alteração mudou o ensino da Geografia?”, mediante o que já foi apresentado e analisado no capítulo II, de facto ocorreu uma grande alteração. Os professores de Geografia mencionaram que a disciplina tornou-se semestral no Ensino Básico, o que foi, ao mesmo tempo, uma vantagem e desvantagem, já que o número de turmas para cada professor reduziu-se, mas, ao mesmo tempo, cada um deles tinha muitos conteúdos para lecionar em menos tempo. Com o que experienciei na ESAG, os professores de Geografia estavam entusiasmados com o regime semestral e quando estive a lecionar apercebi-me que a semestralidade poderia ser uma vantagem para todos, uma vez que os testes eram mais repartidos, bem como os alunos tinham mais tempo para estudar, mais instrumentos de avaliação para serem avaliados e a avaliação formativa era mais frequente. O que se manteve foi sempre uma pressão para lecionar os conteúdos, sendo que constatei que, por vezes, não havia tempo suficiente para fazer revisões para os testes.

A semestralidade veio alterar vários aspetos no ensino da Geografia, como se pôde observar no capítulo II, tanto que os professores de Geografia da ESAG consideraram que esta mudança melhorou o ensino da Geografia devido às inúmeras vantagens que elencaram. Considero que a semestralidade pode trazer ainda mais melhorias para o ensino da Geografia e, claramente, para o sucesso dos alunos. Contudo, muitos alunos e professores ainda têm a mentalidade que o 3º período pode ajudar o estudante a melhorar os seus resultados. No meu ponto de vista, não poderá ser em dois meses que o aluno vá conseguir melhorar drasticamente a sua classificação. Se nos períodos anteriores não se empenhou, não é no 3º período que poderá melhorar. Acho que se têm de “libertar” desta opinião, uma vez que o ano está melhor dividido em semestres e já não há aquela “esperança” que no 3º período a nota do aluno irá melhorar de forma significativa. Assim, os estudantes empenham-se ao longo de todo o ano letivo

e não apenas no último período. Na verdade, a semestralidade pode ser um incentivo para melhorar o empenho e o sucesso escolares.

Estas mudanças têm tudo para correr bem. Contudo, penso que o Ministério da Educação terá de melhorar a definição de “autonomia nas escolas”, pois como foi constatado no relatório e também por vários professores, as escolas não são totalmente autónomas e ainda têm de seguir várias regras estipuladas que, a meu ver, não fazem sentido. Se todas estas políticas educativas vão ao encontro do PASEO, ou seja, têm o grande objetivo de melhorar o sucesso dos alunos, diminuir o abandono escolar, criar cidadãos autónomos, etc, não é apenas alterando os tipos de avaliação que isso irá acontecer. Em primeiro lugar terão de ser criadas novas disciplinas ou melhoradas as DAC, de forma a fornecerem informações necessárias sobre o dia-a-dia aos alunos, para que consigam colocar tudo em prática, aquando atingirem a maioridade. Como foi possível observar, desde 1986, que o Governo tenta melhorar o ensino, mas de facto, ainda existem várias lacunas que não serão ultrapassadas tão facilmente. O Ministério da Educação tem de ir além da autonomia das escolas para conseguir melhorar, de vez, o sistema educativo português.

Referências Bibliográficas

Agrupamento de Escolas de Freixo. (2019). Relatório do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica. Disponível em: <https://aefreixo.pt/wp-content/uploads/2021/05/2019.-Relatorio-Final-PPIP-AE.FREIXO.pdf>

Agrupamento de Escolas de Pombal. (2021). Plano de inovação. Disponível em: <https://escolamais.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-07/1.2.8.-Anexo-1.pdf>

Alves, S., Madanelo, O., & Martins, M. (2019). Autonomia e flexibilidade curricular: caminhos e desafios na ação educativa. *Gestão E Desenvolvimento*, (27), 337-362. Disponível em: <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2019.387>

Comunidade Educativa. (2022). Projeto Educativo de Escola. Escola Secundária Augusto Gomes. Disponível em: <https://www.escolaaugustogomes.pt/website/wp-content/uploads/2022/05/PEE-maio-2022.pdf>

Costa, E., & Almeida, M. (2019). Estudo de avaliação do Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica. Direção Geral da Educação. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/relatorio_de_avaliacao_externa_do_ppip.pdf

Costa, E., Almeida, M., Dorotea, N., & Viana, J. (2020). Estudo de avaliação da reorganização do calendário escolar. Lisboa: IE-ULisboa/MEC-DGE. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Estudos_Relatorios/estudo_de_avaliacao_da_reorganizacao_do_calendario_escolar.pdf

Decreto-Lei nº43/89, Diário da República n.º 29/1989, Série I de 1989-02-03. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/22784/decreto-lei-43-89-de-3-de-fevereiro>

Decreto-Lei nº115-A/98, Diário da República n.º 102/1998, 1º Suplemento, Série I-A de 1998-05-04. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/115-a-1998-155636>

Decreto-Lei nº75/2008. Diário da República n.º 79/2008, Série I de 2008-04-22, 2341 – 2356. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/75-2008-249866>

Decreto-Lei nº137/2012. Diário da República n.º 126/2012, Série I de 2012-07-02, 3340-3364. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/137-2012-178527>

Decreto-Lei n.º 55/2018, Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, 2928-2943. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>

Despacho n.º 3721/2017, Diário da República n.º 85/2017, Série II de 2017-05-03. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/2959657/despacho-3721-2017-de-3-de-maio>

Despacho n.º 5908/2017, Diário da República n.º 128/2017, Série II de 2017-07-05, 13881 – 13890. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/5908-2017-107636120>

Despacho n.º 6478/2017, Diário da República n.º 143/2017, Série II de 2017-07-26, 15484 – 15484. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/6478-2017-107752620>

Direção Geral da Educação (DGE). (2017). Projeto-piloto de Inovação Pedagógica. Consultado em junho de 2022. Disponível em: <http://dge.mec.pt/ppip>

Direção Geral da Educação (DGE). (2021). Semestralização do calendário escolar. Ensinar e Aprender|+ Autonomia Curricular. Disponível em: https://escolamais.dge.mec.pt/sites/default/files/2021-07/1.2.8.-roteiro_calendario-escolar.pdf

Duarte, A. (2020, setembro 22). Vantagens do ano lectivo semestral. Escola Portuguesa. Consultado em julho de 2022. Disponível em: <https://escolapt.wordpress.com/2020/09/22/vantagens-do-ano-lectivo-semestral/>

EDULOG. (2019). Estão as escolas preparadas para a Autonomia e a Flexibilidade Curricular? EDUTalks. Disponível em: <https://edulog.pt/storage/app/uploads/public/5cb/049/bd0/5cb049bd0fa8a816636010.pdf>

Escola Secundária Augusto Gomes. (2020). Plano de Inovação. Disponível em: <https://www.escolaaugustogomes.pt/website/wp-content/uploads/2020/10/Plano-de-Inovacao-da-Escola-Secundaria-Augusto-Gomes-1.pdf>

Lei nº 46/86, Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14, 3067-3081.
Disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>

Martins, G., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Camilo, J., Silva, L., Encarnação, M., Horta, M., Calçada, M., Nery, R., & Rodrigues, S. (2017). Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. Ministério da Educação. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22377/1/perfil_dos_alunos.pdf

Morais, A. (2020). O caminho da mudança: do projeto piloto de inovação pedagógica ao plano de inovação- estudo caso (Dissertação de Mestrado, Iscte). Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/22322/1/master_ana_cunha_morais.pdf

Portaria 181/2019, Diário da República n.º 111/2019, Série I de 2019-06-11, 2954 – 2957. Disponível em: <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/181-2019-122541299>

Santos, L. (2019, junho 13). Dois semestres ou três períodos? Escolas podem escolher no próximo ano letivo. Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/dois-semestres-ou-tres-periodos-escolas-podem-escolher-no-proximo-ano-letivo-11008051.html>

VozProf. (2021, junho 13). Escolas organizadas por semestres: “A aprendizagem ganha”. Consultado em setembro de 2022. Disponível em: <https://www.vozprof.com/escolas-organizadas-por-semestres-a-aprendizagem-ganha/>

Anexos

Anexo 1- Primeiro questionário aos alunos de 10º ano

Nome: *

A sua resposta

Turma: *

A sua resposta

Que escola frequentaste no teu 7º ano? *

☐ ESAG

☐ Outra

Que escola frequentaste no teu 8º ano? *

☐ ESAG

☐ Outra

Que escola frequentaste no teu 9º ano? *

☐ ESAG

☐ OUTRA

Que escola frequentaste no teu 10º ano? *

☐ ESAG

☐ OUTRA

Se estiveste na ESAG desde o ano letivo 2017/2018, pertenceste a alguma "turma piloto"? *

☐ Sim

☐ Não

Tiveste algum ano letivo com avaliação por semestres NOUTRA ESCOLA? *

☐ Sim

☐ Não

Anexo 2- Segundo questionário aos alunos de 10º ano

Opinião dos alunos sobre a avaliação por semestres

Este questionário surge no âmbito do relatório de estágio da professora estagiária Bárbara Lopes. "A geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória", é o tema do relatório.

Com este questionário, pretende-se que vocês deem a vossa opinião sobre a mudança da avaliação por períodos para semestres.

OBRIGADA!

Nome: *

A sua resposta

É a primeira vez que tens avaliações por semestres? *

☐ Sim

☐ Não

Preferes: *

☐ Avaliação por semestres

☐ Avaliação por períodos

Se respondeste "avaliação por semestres" justifica a tua resposta.

A sua resposta

Se respondeste "avaliação por períodos" justifica a tua resposta.

A sua resposta

Na tua opinião, quais são as vantagens de teres a avaliação por semestres? *

A sua resposta

Na tua opinião, quais são as desvantagens de teres a avaliação por semestres? *

A sua resposta

Quais foram as principais diferenças que notaste na transição da avaliação por períodos para semestres? *

A sua resposta

Achas que a transição da avaliação por períodos para semestres afetou nas tuas notas na disciplina de geografia? *

☐ Sim

☐ Não

Se respondeste "sim" justifica a tua resposta, indicando se esta mudança afetou positiva ou negativamente nas tuas notas na disciplina de geografia. *

A sua resposta

Se respondeste "não" justifica a tua resposta. *

A sua resposta

Em relação às pausas letivas (férias), preferes durante: *

- ☐ A avaliação por semestres
- ☐ A avaliação por períodos

Justifica a resposta anterior. *

A sua resposta

Anexo 3- Questionário aos alunos de 11º ano

Avaliação por semestres-períodos

Este questionário surge no âmbito do relatório de estágio da professora estagiária Bárbara Lopes. "A geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória", é o tema do relatório.

Com este questionário, pretende-se que vocês deem a vossa opinião sobre a mudança da avaliação por períodos para semestres.

OBRIGADA!

Nome: *

A sua resposta

Turma: *

A sua resposta

Preferes: *

- ☐ Avaliação por semestres
- ☐ Avaliação por períodos

Justifica a resposta anterior. *

A sua resposta

Na tua opinião, quais são as vantagens da avaliação por semestres? *

A sua resposta

Na tua opinião, quais são as desvantagens da avaliação por semestres? *

A sua resposta

Quais foram as principais diferenças que notaste na transição da avaliação por períodos para semestres? *

A sua resposta

Sentiste que foi uma mais valia para ti quando pertenceste a uma das turmas piloto? Justifica a tua resposta.

A sua resposta

Achas que a transição da avaliação por períodos para semestres afetou nas tuas notas na disciplina de geografia? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho geografia

Se respondeste "sim" justifica a tua resposta, indicando se esta mudança afetou positiva ou negativamente nas tuas notas na disciplina de geografia.

A sua resposta

Em relação às pausas letivas (férias), preferes durante: *

- ☐ A avaliação por semestres
- ☐ A avaliação por períodos

Relacionado com a pergunta anterior, estas alterações tiveram algum impacto na tua organização familiar? Por exemplo as férias em família. *

A sua resposta

Anexo 4- Questionário aos professores

Avaliação por períodos e por semestres- Português

Este questionário surge no âmbito do relatório de estágio da professora estagiária Bárbara Lopes. "A geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória", é o tema do relatório.

Com este questionário, pretende-se saber a opinião dos professores de Português sobre a mudança da "avaliação por períodos" para a "avaliação por semestres".

É a primeira vez que realiza avaliações por semestres? *

☐ Sim

☐ Não

Qual o tipo de avaliação que prefere? Porquê? *

A sua resposta

Na sua opinião, quais são as vantagens da avaliação semestral? *

A sua resposta

Na sua opinião, quais são as desvantagens da avaliação semestral? *

A sua resposta

Sente que a qualidade do ensino melhorou com esta mudança? *

☐ Sim

☐ Não

No que respeita ao ensino de Português, quais foram as alterações mais significativas no ensino básico? *

A sua resposta

No que respeita ao ensino de Português, quais foram as alterações mais significativas no ensino secundário? *

A sua resposta

Teve de mudar algo no seu método de ensino devido a esta mudança? Se sim, o quê? *

A sua resposta

Sente que estas mudanças são benéficas para o ensino de Português? Como, por exemplo, a organização de saídas de campo. *

A sua resposta

Anexo 5- Questionário aos professores de Geografia

Avaliação por períodos e por semestres- Geografia

Este questionário surge no âmbito do relatório de estágio da professora estagiária Bárbara Lopes. "A geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória", é o tema do relatório.

Com este questionário, pretende-se saber a opinião dos professores de Geografia sobre a mudança da "avaliação por períodos" para a "avaliação por semestres".

É a primeira vez que realiza avaliações por semestres? *

☐ Sim

☐ Não

Qual o tipo de avaliação que prefere? Porquê? *

A sua resposta

Na sua opinião, quais são as vantagens da avaliação semestral? *

A sua resposta

Na sua opinião, quais são as desvantagens da avaliação semestral? *

A sua resposta

Sente que a qualidade do ensino melhorou com esta mudança? *

☐ Sim

☐ Não

No que respeita ao ensino da Geografia, quais foram as alterações mais significativas no ensino básico? *

A sua resposta

No que respeita ao ensino da Geografia, quais foram as alterações mais significativas no ensino secundário? *

A sua resposta

Teve de mudar algo no seu método de ensino devido a esta mudança? Se sim, o quê? *

A sua resposta

Sente que estas mudanças são benéficas para o ensino da Geografia? *

A sua resposta

E concretamente na organização de saídas de campo? *

A sua resposta

Anexo 6- Questionário aos encarregados de educação

Avaliação por semestres-períodos

Este questionário surge no âmbito do relatório de estágio da professora estagiária de Geografia, Bárbara Lopes. "A geografia face à implementação do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória", é o tema do relatório.

Com este questionário, pretende-se que os encarregados de educação dos alunos deem a sua opinião sobre a mudança da avaliação por períodos para semestres.

Muito obrigada pela vossa colaboração!

Habilitações literárias *

☐ 1º ciclo

☐ 2º ciclo

☐ 3º ciclo

☐ Secundário

☐ Licenciatura

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Outra:

Prefere: *

☐ Avaliação por semestres

☐ Avaliação por períodos

Justifique a resposta anterior. *

A sua resposta

Na sua opinião, quais são as vantagens da avaliação por semestres? *

A sua resposta

Na sua opinião, quais são as desvantagens da avaliação por semestres?

A sua resposta

Em relação às pausas letivas do seu educando, prefere: *

- ☐ A avaliação por semestres
- ☐ A avaliação por períodos

Na sequência da pergunta anterior, estas alterações tiveram algum impacto na sua organização familiar? (exemplo: as férias em família). *

A sua resposta